Diário de Lisboa

Março 1977
Quinta-feira
3

ANO 56.º
N.º 192 92
6 escudos

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Um aspecto do porto pesqueiro da vila

Protestos, dúvidas e desilusão em Sines

(Centrais)

Soldos de militares aumentam 15 por cento

Um general de quatro estrelas passa a ganhar 21 800$00, os capitães 12 700$00, primeiros sargentos 7500$00 e o soldado raso em período de recruta 350$00, segundo dispõe um decreto-lei do Conselho da Revolução (n.º 75-V/77) com a data de 28 de Fevereiro.

O decreto foi publicado em suplemento ao «Diário da República» daquela data e segundo o seu preâmbulo este aumento de encimentos dos militares toma em consideração a decisão do Governo no sentido de atribuir a partir de 1 de Janeiro «uma compensação, ainda que parcial, de molde a que os trabalhadores da função pública recuperem proporcionalmente o poder aquisitivo». Admite-se nas considerações preambulares que de momento não é possível «contemplar devidamente uma escala de remunerações que reflicta as especificidades da função militar» e afirma-se também que «a reserva não é propriamente uma situação de inactividade», o que deverá significar que estes soldos se aplicam aos oficiais no activo como aos situados na reserva.

A tabela completa de vencimentos dos oficiais do quadro das Forças Armadas passa a ser, em escudos e com retroactividade a partir de 1 de Janeiro, a seguinte: general de quatro estrelas e vice-almirante: 21 800$00; general e contra-almirante: 19 800$00; brigadeiro e comodoro: 17 900$00; coronel e capitão-de-mar e guerra: 16 000$00; tenente-coronel e capitão-de-fragata: 14 900$00: maior e capitão-tenente: 13 800$00; capitão e primeiro-tenente: 12 700$00; tenente e segundo-tenente: 9200$00; alferes: 8100$00 e aspirante: 5500$00.

O vencimento de um furriel passa a 6700$00 e um primeiro-cabo do quadro a 6500$00. O pré do primeiro-cabo é de 1150$00, um soldado pronto passará a receber 950$00 e o soldado recruta 350$00.

Estes aumentos são a aplicação às forças Armadas dos recentes 15 por cento de aumento da função pública.

- **Construção civil e têxteis: greve contra boicote patronal**
- **Material eléctrico: paragem amanhã**
- **Metalúrgicos: ruptura nas negociações do C.C.T.**

(Pág. 7)

16 PÁGINAS

VERTIGINOSO AUMENTO DA CARNE DE BOVINO

Lombo a 250$00/kg

Aumentos médios variando entre dez e quarenta escudos vão incidir sobre a venda ao público de carne, fresca e congelada, de acordo com as novas tabelas hoje publicadas no «Diário da República» fixando os preços máximos daquele produto. Todos os novos preços excedem os anteriormente praticados, mesmo nos casos mais gravosos em que havia nítida especulação dos talhantes.

As novas tabelas insérem-se na pressão dos preços sobre o público consumidor, consequência da política económica praticada desde a vigência do VI Governo provisório, e que agora atinge um ponto crítico, especialmente com as últimas medidas (ditas de austeridade) adoptadas pelo Governo P. S.

De acordo com estas tabelas, e no que se refere à carne bovina congelada de primeira, o lombo passa de 140 para 180 escudos o rosbife de 120 para 160 escudos; o acém redondo, pojadouro, coberta do pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá, de 100 para 130 escudos. Isto para carne sem osso. Na carne com osso, o preço por quilograma passa de 75 para 97 escudos e cinquenta centavos.

Quanto ao mesmo tipo de carne, mas de segunda, os preços aumentam de 64 para 80 escudos no resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acém, sem osso, e de 48 para 60 escudos, com osso. No que se refere à carne de terceira, nomeadamente a aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo, o preço sobe de 36 para 37 escudos e cinquenta centavos, com osso, e para 50 escudos, sem osso.

No que se refere à carne fresca (carne verde), os aumentos são de 220 para 250 escudos, no lombo; de 220 para 230, no rosbife, e de 180 para 195 escudos no acém redondo, pojadouro, coberta do pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá (quando sem osso, pois com osso passa para 146 escudos). Isto para carne de primeira. Para carne fresca de segunda, os preços «saltam» de 120 para 140 escudos no resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acém, sem osso; e de 99 escudos e 80 centavos para 105 escudos, quando com osso.

Na comparação entre os preços hoje fixados e os actualmente praticados, utilizamos dados médios nos talhantes, já que uma certa oscilação se regista de zona para zona.

Estes preços são acompanhados de aumentos também na venda de gado bovino pela produção, por quilograma de carcaça, deduzindo o enxugo e descontada a taxa de seguro, os quais passam a abranger uma gama que vai dos 105 escudos para novilhos e novilhas de 1.ª, até aos 40 escudos para vacas de 3.ª categoria, passando pelos 115 escudos para vitelos de 1.ª categoria.

No diploma governamental que põe em vigor as novas tabelas, lê-se, na sua introdução, e como explicação do «fenómeno», que «tendo-se concluído pela impossibilidade de, a curto prazo, concretizar os meios humanos e materiais indispensáveis a uma intervenção suficiente e eficaz (entenda-se por parte do Estado nos circuitos de produção e abate) e retomando-se, se bem que transitoriamente, uma linha de liberalização do abate de gado, facilmente se conclui também pela inoperância e impossibilidade de controlo dos subsídios de abate, em grande parte aplicados injustamente a parte de meados de 1976». «Assim», acrescenta o texto, «os preços de venda ao público de carnes verdes de bovino terão de atingir os seus níveis reais, mas, contrariando-se as práticas especulativas, continua este produto sujeito ao regime de preços máximos».

Acompanhando a subida da venda ao público de galináceos (frango, galo e galinha), os quais passam para 53 escudos e 30 centavos por quilo quando acompanhados de miudezas, e para 58 escudos e 30 centavos, sem miudezas (estas, vendidas isoladamente, ficam a 28 escudos e 50 centavos, por quilo), também os ovos aumentam.

Os novos preços máximos por dúzia vão de um máximo de 36 escudos e 70 centavos, a um mínimo de 26 escudos

AINDA SEM BARRACAS

Vendedores estão de volta ao Largo Martim Moniz

«Fomos autorizados pela esquadra de Palhavã, isto é, pela Câmara, a vir para aqui outra vez. Não podíamos estar tanto tempo sem trabalhar» — afirmou-nos esta manhã uma das vendedoras do Largo do Martim Moniz.

Enquanto de um lado prosseguem as instalações das barracas, do outro, dezenas e dezenas de vendedores voltaram a «ocupar» aquela zona. Há algumas semanas, por decisão da Câmara e com o acordo dos vendedores, foram demolidas todas as barracas que ali se encontravam. Seriam substituídas por outras com mais condições de higiene, mediante o pagamento mensal de mil escudos.

Entretanto, cerca de 200 candidatos já preencheram o formulário, com os novos requisitos, para atribuição dos pavilhões. São condições de preferência o exercício da actividade na zona e a maior antiguidade do cartão de vendedor ambulante.

Prevê-se a instalação de 243 barracas, as quais serão sorteadas a título precário.

O exercício da actividade em tais pavilhões só é permitido nos dias úteis e das nove às dezanove, excepto aos sábados, em que termina às treze.

Tudo leva a crer, conforme nos disseram dois polícias que se encontravam de guarda aos pavilhões, que as barracas estejam em condições de entrar em funcionamento no princípio do próximo mês.

Há barracões em construção, mas os vendedores avançaram já do lado oposto e aí estão «a marcar vez»

Com uma hora de atraso começou ontem, num hotel de Madrid, às 16 e 20, a cimeira (dita eurocomunista), que reúne os secretários-gerais dos Partidos Comunistas de França, Itália, e Espanha, respectivamente, George Marchais, Enrico Berlinguer e Santiago Carrillo. Sem perder tempo e rodeado por mais de 200 jornalistas, Marchais foi logo ao centro da questão, depois de um demorado abraço a Carrillo: «A minha presença em Madrid é justificada, no essencial, pelo desejo do P.C.F. em apoiar o P.C.E. na sua luta pela legalização. Não nos devemos imiscurir nos assuntos espanhóis, mas devemos dizer que não é possível falar de um verdadeiro regresso à democracia neste país, sem a legalização do P.C.E.». Fontes próximas do P.C.F. indicavam que o comunicado conjunto a ser divulgado

Continua na pág. 16

Lotaria de hoje

1.º — 42345
2.º — 14281
3.º — 4300

Nacional

Polícia de Choque

O ESPÍRITO DO 25 DE ABRIL

O espírito do 25 de Abril, para além da letra de um programa mínimo de democratização da vida nacional, reside na liberdade e na fraternidade reencontradas. O «espírito» do «25 de Abril» é o «Primeiro de Maio», a festa, a alegria, a força de um povo mobilizado para regressar à sua dignidade histórica de Nação de homens livres, de cidadãos. E é também, a «Constituição». Este pacto social progressista que é um itinerário democrático para o Portugal socialista. Este é o «espírito» do «25 de Abril».

As contradições inerentes a um processo de transformação da sociedade portuguesa, cuja evolução normal o regime ditatorial fascista tinha bloqueado, levaram a excessos, erros, desvios. Quem o nega? Mas nem os excessos, nem os erros, nem os desvios, são comparáveis ao pesadelo que o fascismo representou, nem se perdeu o sentimento de que era necessário corrigir os excessos, emendar os erros, rectificar os desvios. O «espírito» do «25 de Abril» reflecte-se nessa capacidade crítica e autocrática, patenteia-se nessa consciência da responsabilidade histórica, na prudência da decisão e no senso da oportunidade conjuntural que impoê correcções de ritmo sem desistência quanto ao objectivo.

E é por isso que comemorar o «25 de Abril» implica uma leitura democrática e socialista da «Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974», o reencontro dos homens, a renovação da confiança e da esperança, a iniciativa popular, a participação popular.

Compreendemos, é evidente que compreendemos e que nos não surpreendem, as reacções nervosas de quantos não são capazes de ocultar a sua oposição ao «25 de Abril» histórico, em nome da sua interpretação das contradições inerentes a um processo revolucionário. Saudosos do «antigamente», servos da «ordem velha», assalariados da «direita» patronal corporativa, receiam que o «25 de Abril» seja esse reencontro da vontade de construir e da decisão de viver em liberdade.

Eles não perdoam aos homens do «25 de Abril». Não perdoam o «25 de Abril». Eles não suportam **esta** Constituição.

UM CAPITÃO DE ABRIL

Que Vasco Lourenço continua a ser um «capitão», eis o que pode ser recordado com intenção elogiosa, e o que, igualmente, poderá ser dito e escrito para lembrar ao «general» que é apenas um «capitão». Há dias um semanário da «direita» recordava que o Exército, quanto à sua reorganização, muito ficará devendo a dois tenentes-coronéis (sic). Modo súbtil de recordar que os generais Ramalho Eanes e Rocha Vieira o são por «graduação» **ad hoc**. A campanha é persistente. A hierarquização das Forças Armadas não é um objectivo inocente. Será inevitável? Não o acreditamos se o «espírito» do «25 de Abril» for respeitado e defendido, se homens como Vasco Lourenço continuarem a falar forte e claro.

Disse o «capitão de Abril»: «Não tenho quaisquer dúvidas de que as diferentes forças políticas, desde o 25 de Abril até hoje, têm tentado instrumentalizar os militares.» E reconhecendo-o, porque é a própria evidência, logo Vasco Lourenço acrescentou: «Neste momento nós estamos perfeitamente cientes de que essa tentativa de instrumentalização continua. Para mim, como comandante da Região Militar de Lisboa, devo confessar que não estou nada preocupado. Não há razões nenhumas especiais que me levem a estar preocupado com quaisquer infiltrações entre os militares.»

O general Vasco Lourenço não está preocupado, mas há quem agite «espectros» e recupere «fantasmas» e não o faça por inocência ou preocupação verdadeira. Há quem pretenda cavar separações, aprofundar abismos, semear a desconfiança e a divisão. Há quem pretenda recriar o clima da inimizade e das rivalidades de modo a impedir o reencontro nas comemorações do «25 de Abril», de modo a que essas comemorações sejam reduzidas a frias e distantes cerimónias oficiais, burocráticas, frias, sem genuina particípção popular.

Não esqueçam que «assistir» não é «participar». Não esqueçam que nesta fase de «duros dias», de desencanto e até de decepção, o «25 de Abril» precisa de ser promovido, que a Rádio e a Televisão já deveriam estar a esclarecer e a mobilizar para renovar a confiança, para renovar a esperança.

ESTA IMPRENSA

Amordaçada que foi ao longo de meio século de salazarismo, esta Imprensa continua a ser um fantasma que rouba a muitos o sono e o sonho. Não escapam a esse freudiano «complexo da Imprensa» muitos chefes e subchefes militares. O próprio general Vasco Lourenço, «capitão de Abril», não deixou de atribuir à Imprensa esse estranho poder — que é o seu, efectivamente — de «produzir o acontecimento», acaso de o ampliar e de o multiplicar. Mas, hesita-se, em ir ao fundo da questão. O «acontecimento» só é prpduzido a partir do «acontecimento». A Imprensa pode, realmente ampliar e multiplicar, mas não cria **do nada**. E são os chefes e subchefes militares que deverão medir as palavras e as confidências. E que medir, também, os próprios silêncios, que moderar os convívios públicos para uso especulativo, as frequências de espectáculos de má nota, as visitas, as peregrinações. A Imprensa regista e interpreta, mas não inventou o clima de desestabilização, nem se especializou nas técnicas da contra-informação. Não são jornalistas profissionais que planeiam os esquemas (já detectados) de intoxicação da opinião pública. Não é verdade?

Por outro lado, e muito claramente, reconheça-se que declarações desinibidas, mas responsáveis, como as do general Vasco Lourenço, favorecem a clarificação política e a tranquilidade pública.

O perigo está à «direita». O que deverá ser proclamado claramente, responsavelmente.

Atenção à «direita».

Vasco Lourenço à entrada do C.R.

Mais preocupado com infiltrações dos "sectores reaccionários"

Abordado pelos jornalistas, ontem, à entrada para mais uma sessão de trabalho do Conselho da Revolução, o general Vasco Lourenço declarou, a propósito das recentes notícias sobre alegadas infiltrações em unidades militares de elementos conotados com o P. C. P., que «as diferentes forças políticas, desde o 25 de Abril até hoje, têm tentado instrumentalizar os militares» e que «esta tentativa de instrumentalização continua a verificar-se», mas sublinhou que, como comandante da Região Militar de Lisboa não está «absolutamente nada preocupado com quaisquer infiltrações militares».

«Tentativas de instrumentalização», disse, «existiram sempre e, neste momento, continuam a existir de todos os quadrantes políticos. Não é só de determinadas forças. Ultimamente tem-se notado muito determinada campanha de que as forças conotadas com o P. C. P. ou com a esquerda revolucionária, que estão novamente ao ataque. A mim neste momento, como noutra altura já me preocuparam talvez essas forças, preocupam-me muito mais as forças ligadas aos sectores reaccionários de direita.»

A propósito das declarações do brigadeiro Hugo dos Santos, Vasco Lourenço disse que poderia ter havido actuações menos correctas de elementos conotados com certas posições políticas, mas acrescentou, «penso que ele já esclareceu a posição dele. No entanto a exploração que determinados órgãos de Informação dão a certas palavras proferidas criam imagens que são incorrectas».

Ainda sobre as alegadas infiltrações, que em breve exame da situação concreta demonstra não serem mais do que a cortina de fumo que a direita reaccionária está a utilizar para encobrir a sua actuação desestabilizadora no meio militar, o comandante da Região Militar de Lisboa sublinhou que «os militares continuam atentos, como sempre estiveram e preocupados, embora relativamente, com as tentativas de infiltração de todas as forças. A mim, pessoalmente, embora ultimamente determinados órgãos de Informação tentam fazer crer o contrário, neste momento preocupa-me muito mais a tentativa em relação ao sector fascista, a tentativa de instrumentalização por parte de forças políticas deste sector. Isto não quer dizer que as outras não nos preocupam igualmente e que não estejamos igualmente atentos. Portanto, a informação de que os comandos militares estão mais preocupados com as infiltrações da esquerda do que com as da direita não é verdade».

Entretanto soube-se que cerca de 40 oficiais da Região Militar de Lisboa, na sua maior parte comandantes de unidades, reuniram-se no último fim-de-semana num restaurante dos arredores da capital, num jantar de despedida ao coronel Tomé Pinto, que deixa a chefia do Estado-Maior do Quartel-General da Região Militar de Lisboa para ir comandar o Regimento de Infantaria de Queluz, a fim de preencher as condições de promoção a brigadeiro, que obrigam a um ano de comando de uma unidade militar. O jantar foi presidido pelo general Vasco Lourenço e seria classificado por uma fonte militar como demonstrativo da «coesão das forças da Região Militar de Lisboa e da estabilidade que reina nas unidades». Essa mesma fonte acrescentou: «Démos uma prova de confiança e mais uma vez garantimos que não estamos divididos.»

Recorde-se que a saída do coronel Tomé Pinto do Quartel-General fora recentemente manipulada pela Imprensa reaccionária que atribuiu a transferência do coronel Tomé Pinto a desinteligências com o general Vasco Lourenço, o que foi imediatamente desmentido por ambos.

OS PROCESSOS DA REGIÃO MILITAR DO CENTRO

Quanto ao caso dos processos que teriam sido enviados pela Região Militar do Centro, o capitão Sousa e Castro clarificou aos jornalistas a situação e salientou: «Há, penso, uma confusão da Imprensa. Os processos nem foram entregues, nem foram remetidos e nem há processos nenhum na P. J. M. Neste momento, aqui em Lisboa, há apenas o pedido para ser a P. J. M. a averiguar estes factos.»

Bispo do Porto categórico

"Nada mais farei sem ser por requerimento do clero"

PORTO, 3 — O Conselho Presbiterial do Porto esteve reunido ontem e anteontem, sob a presidência dos dois prelados da diocese tendo D. António Ferreira Gomes feito uma longa exposição sobre as mutações na diocese e afirmado a dado passo: «Tenho apenas diante de mim uns quatro anos em que manterei ainda o encargo desta diocese. Por um lado, sempre pensei que aquilo que houvesse de fazer-se no sentido desejado havia de fazer-se com os padres e, em parte ao menos, pelos próprios padres; de contrário seria certamente um fracasso e resultaria em vergonha para o clero e para a Igreja. Por outro lado, não espero do sistema lucro nem glória, e não desejaria deixar ao meu sucessor a função de liquidatário».

A seguir D. António acrescentou: «Portanto, deixo ao presbitério diocesano a plena liberdade e responsabilidade na mutação que temos vindo a abordar. Nada mais farei, de futuro, por mim, a não ser por expresso e formal requerimento do clero. Não digo, nem bem sei, como esta vontade há-de ser expressa, para que eu a possa considerar bastante significativa, e portanto não acho que durante esta sessão do Conselho Presbiterial se deva falar no assunto».

Ornelas Camacho desloca-se aos Açores

...O presidente do Governo Regional da Madeira, Ornelas Camacho, desloca-se no próximo dia 8 à cidade de Ponta Delgada, ilha de S. Miguel, Açores. É a convite do Governo Regional dos Açores e trata-se da primeira visita de um presidente do Governo Regional de um arquipélago a outro das duas regiões autónomas de Portugal Insular, desde a institucionalização da respectiva autonomia.

Ornelas Camacho desloca-se a S. Miguel para se reunir com Mota Amaral e outros membros do G. R. dos Açores, em encontros para análise de problemas comuns aos dois arquipélagos.

Juntamente com o presidente do G. R. da Madeira, deslocam-se aos Açores o secretário regional do Planeamento, Finanças e Comércio, José António Camacho, e ainda o presidente da Comissão Política Regional do P. S. D. na Madeira, Alberto Cardoso Jardim.

Entretanto, encontra-se em Ponta Delgada o diplomata norte-americano Key Smith, encarregado do sector português no Departamento de Estado em Washington.

Key Smith veio aos Açores para contactos com responsáveis do Governo Regional, e já teve encontros, em Angra, com Álvaro Monjardino, presidente da Assembleia Regional, e em Ponta Delgada com o presidente do G. R., Mota Amaral, e o ministro da República, general Galvão de Figueiredo.

BICOS DE PAPAGAIO

DORES LOMBARES, COSTAS OU PERNAS, HÉRNIA DISCAL, CIÁTICA, NEVRITE, DESVIOS E OUTRAS DOENÇAS DE COLUNA. Massagista diplomado no Brasil. Faz 2 a 4 aplicações com optimos resultados. Tels.: Lisboa 2233227, Porto 315765.

Noticiário breve

REUNIÃO P. S. D.

A Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa do P. S. D. reúne amanhã à noite no Pavilhão dos Congressos do Estoril. Em agenda: apreciação de contas, homologação de secções locais e eleições de respectivos órgãos.

PORTUGAL-SURINAME

Informação do M. N. E.: Portugal e o Suriname (antiga Guiana Holandesa) decidiram estabelecer relações diplomáticas, a nível de embaixada.

JOÃO LIMA NOS «STATES»

O secretário de Estado da Emigração, João Lima, parte sábado que vem para os Estados Unidos. Viagem oficial. Com João Lima vai uma breve comitiva. Depois de alguns dias nos «States», João Lima e comitiva deslocam-se ao Canadá. Regresso a Lisboa: dia 24.

DIA NACIONAL DE MARROCOS

Hoje, dia 3, é Dia Nacional de Marrocos. Para o assinalar, há uma recepção na Embaixada de Marrocos em Lisboa. Entretanto, o representante de Rabat na capital portuguesa, Taibe Bonazza, concedeu uma entrevista à ANOP salientando, a posse regular, a importância das boas relações entre os dois países.

BRASIL ANTIFASCISTA

Amanhã na Sociedade Nacional de Belas-Artes: abre uma exposição de solidariedade e apoio aos antifascistas brasileiros. Por trás disto está uma comissão organizadora com nomes como Rui Luís Gomes, Sophiade Mello Breyner Andresen, Maria Keil, João de Freitas Branco, Mendes Espada, Rafael Botelho, Rodrigues da Silva e Augusto Boal.

CARRO ROUBADO

BB-80-43
Morris Clubman branco
Telef. 63 77 97

MOBÍLIAS MODERNAS

SÉCULO XVII
IMPÉRIO
LUÍS XV E XVI
D. JOÃO V

Facilidades de pagamento e trocas

ARMAZÉNS DE MÓVEIS JORGE

Av. Almirante Reis, 35 (Aos Anjos)—T. 832161

ATENÇÃO NOVO

RESERVE ANTES QUE SE ESGOTEM os MORANGUEIROS REMONTANTES

LOTE DE 5 PLANTAS = 120$00
LOTE DE 10 PLANTAS = 200$00
ADUBO ESPECIAL = 30$00

Pedidos ao Apartado 4087 • LISBOA

Geral

ANGOLA

Uma diplomacia vigilante

Em entrevista concedida à jornalista Augusta Conchiglia, da revista «Afrique-Asie», o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, faz o balanço das relações da R. P. A. com Portugal e das diligências efectuadas pelo Governo de Luanda com vista a fazer regressar ao país os refugiados que queiram integrar-se no processo de reconstrução nacional e que actualmente se encontram em Portugal ou na Namíbia. Essa entrevista, que publicamos na íntegra, foi a primeira que Paulo Jorge concedeu à Imprensa internacional. Além dos problemas acima referidos, outros da maior actualidade são abordados neste texto, que constitui uma súmula das prioridades diplomáticas actuais daquela antiga colónia portuguesa.

Paulo Jorge, ministro dos Estrangeiros da R.P.A.

AUGUSTA CONCHIGLIA: Fez-se muito barulho com o «reconhecimento» da República Popular de Angola por Kinshasa. Que aconteceu exactamente?

PAULO JORGE: A R. P. A., independente há mais de ur ano, foi reconhecida **de jure** e **de facto** por numerosos países. Mas nem o Zaire nem outros Estados africanos figuram entre eles. Soubemos de súbito pela Rádio e pelas agências de Imprensa que num discurso pronunciado por altura da apresentação de Boas Festas pelo corpo diplomático acreditado na República do Zaire, o presidente Mobutu declarara reconhecer a R. P. A. e encarar a hipótese do estabelecimento de relações diplomáticas com Luanda. No entanto, não recebemos depois nenhuma confirmação oficial de tais intenções. Portanto não houve para nós, até agora, reconhecimento oficial da R. P. A. pelo Zaire.

A. C.: Assiste-se, ao que parece, a um recrudesdimento das infiltrações de bandos de fantoches armados no Norte do país, principalmente em Cabinda. Ora apesar das decisões tomadas pela O. U. A., estes bandos continuam a beneficiar da hospitalidade do regime de Mobutu. A que resultados chegaram as conversações da comissão mista angolana e zairense?

. **PAULO JORGE:** Na minha opinião não houve uma verdadeira recrudescência das infiltrações de bandos fantoches e principalmente da F. N. L. A. em Angola. Se tivermos em conta os últimos acontecimentos ocorridos em território congolês, creio que se trata principalmente de acções desesperadas desta pretensa Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (F. L. E. C.), ou do chamado Molica. Porque nós controlamos totalmente a situação em Cabinda.

No entanto, essas acções são graves, em especial porque as organizações fantoches continuam a encontrar apoios junto de certos países, entre os quais temos de mencionar a França. Apesar da recente visita a Luanda de uma delegação francesa encarregada de estudar o problema da normalização das relações com a R. P. A., certos dirigentes da F. L. E. C. e do Molica continuam a gozar de uma certa liberdade de acção em França. Também não se exclui que haja na República Popular do Congo, e até em Cabinda, elementos reaccionários que favorecem as actividades dos mercenários. Mas é evidente que estas não seriam possíveis sem as bases que o Zaire continua a ceder, no seu território, às organizações fantoches; bases essas que, como se sabe, servem de ponto de partida para as tentativas de infiltrações mercenárias em Cabinda e nas duas províncias setentrionais da R.P.A. Até hoje, a comissão mista zaire-angolana não pôde encontrar um terreno de entendimento. Os últimos trabalhos da comissão reunida em Brazzaville não chegaram a nenhuma decisão concreta, no que diz respeito aos difíceis problemas em suspenso, principalmente os das infiltrações de tropas provenientes do Zaire. Kinshasa bloqueia toda a evolução, continuando a negar a existência dessas bases e dessas infiltrações, embora nós tenhamos provas suficiantes do contrário.

Claro que nessas condições a R. P. A. e a República Popular do Congo esforçam-se por organizar um dispositvo comum a fim de impedir que acontecimentos como os que se deram a 15 de Janeiro, na região de Ponte Noire, na R. P. C., se reproduzam.

A. C.: Tal como esperávamos há um mês, a R. P. A. e a França decidiram, desde 31 de Janeiro de 1977, estabelecer relações diplomáticas a nível de embaixadores. No entanto, até agora, a maioria dos contra-revolucionários das antigas colónias portuguesas continuam a encontrar abrigo em França enquanto que a actividade de organizações como a O. A. L. se intensifica. Poder-se-á esperar uma mudança de atitude por parte do Governo francês em relação a esses grupos?

PAULO JORGE: Levantámos o problema posto por certas atitudes do Governo francês tanto no que diz respeito à África do Sul, como aos grupos fantoches que encontram refúgio em França, como ainda à proliferação dos comunicados de agência sobre as actividades desses grupos. Após uma ampla troca de pontos de vista, decidimos oficializar a normalização das relações diplomáticas com Paris. Pedimos garantias que esperamos ver concretizar-se. Com efeito não encaramos a possibilidade de a França poder permitir-se continuar a cobrir as actividades das organizações fantoches no seu território, quer elas se dirijam contra Angola, quer contra os países amigos, como, por exemplo, a República da Guiné. Achamos que Paris deve ter uma posição clara neste domínio. Se o Governo francês quer manter boas relações com a R. P. A., deve respeitar certos princípios. Em resumo, a manutenção das relações diplomáticas com Paris dependerá da atitude do Governo francês com organizações contra-revolucionárias, em França.

A. C.: Um dos problemas que preocupam o Governo angolano é o dos refugiados. Qual é a situação neste domínio, mais particularmente no Norte do país, zona de infiltrações mercenárias?

. **PAULO JORGE:** Os refugiados são, com efeito, uma preocupação para o Governo angolano. Comunicámos aos países vizinhos e às organizações internacionais o nosso desejo de criar estruturas de acolhimento a fim de facilitar o seu regresso. Mas a verdade é que os refugiados — sobretudo os que provêm do Zaire — voltaram de maneira desordenada, e isso transformou o dispositivo que tínhamos criado, e o Governo angolano continua a desenvolver esforços para facilitar a sua reintegração no país. Grande parte dos refugiados chegam em condições deploráveis. Acontece isso, em especial com os que regressam do Zaire, porque no momento em que se aproximam da fronteira e são descobertos pelas autoridades zairenses, são desapossados de todos os seus bens.

Já negociámos uma convenção com o alto-comissário das Nações Unidas com vista a uma assistência material e financeira aos refugiados vindos do Zaire e da Zâmbia. Estão em curso diligências semelhantes com vista a facilitar o regresso dos refugiados que se encontram em Portugal e na Namíbia, a fim de que os angolanos que desejem voltar livremente ao seu país e integrar-se no processo de reconstrução nacional possam efectivamente fazê-lo.

Não temos possibilidades de saber o número de refugiados que se encontram na Namíbia. A nosso ver, há nesse país duas categorias de refugiados: aqueles que partiram com as tropas sul-africanas e as forças fantoches no momento da retirada dos invasores e aqueles que fugiram por pânico durante a guerra ou foram raptados pelos agressores.

Para nós é importante saber o número de refugiados que entram nesta última categoria. Estamos a estudar os meios de organizar o seu regresso, mas deparamos com um problema difícil, pois nem a R. P. A., nem as instâncias internacionais têm relações com o regime racista de Pretória que ocupa a Namíbia.

A. C.: Em que ponto se encontra a normalização das relações com a Zâmbia?

P. J: As relações da R. P. A. com a Zâmbia estão a ser progressivamente normalizadas. Tem havido entre os dois países intercâmbios de delegações, e vários encontros a nível presidencial, por ocasião de «cimeiras» dos países da linha da frente. Entendemos que a declaração do Governo de Lusaka relativa à proibição da U. N. I. T. A. em território zambiano é um passo importante e acelera o processo de normalização. Lusaka já reconheceu há muito a R. P. A. e eu penso que os dois países poderão encontrar-se muito proximamente para estabelecerem relações diplomáticas. Regra geral, as nossas relações com a Zâmbia têm sido boas. Claro que no passado houve alguns mal entendidos. Mas hoje existe um clima diferente que permitirá a nossa aproximação (1).

A. C.: Depois da eleição de Jimmy Carter para a presidência dos E. U. A. notam-se alguns indícios concretos no sentido duma normalização das relações entre Washington e Luanda? A visita do senador Tunney a Angola poderá ser interpretada como um esforço nesta direcção?

. **P. J.:** A nova Administração americana não revelou até agora quaisquer indícios de desejo de normalizar as suas relações com a R. P. A. Recentemente o senador democrata Tunney veio tomar contacto connosco, e nessa altura as perspectivas das relações entre os dois países foram afloradas. Mas Tunney não vinha de modo nenhum mandatado por Carter. Pela parte que nos toca, convém-nos antes do mais conhecer a orientação da nova política externa dos E. U. A. e a atitude de Washington em relação à luta dos movimentos de libertação na África Austral.

A. C.: Acha que a criação da moeda nacional, o «kwanza», terá incidências prejudiciais nas relações da R. P. A. com Portugal?

. **P. J.:** Primeiro temos a dizer que não tencionamos, de modo nenhum, trocar os milhões de escudos angolanos coloniais que foram depositados nos bancos portugueses ou suíços. Quanto às nossas relações com Lisboa, por agora, são normais. Há já algum tempo que temos em Luanda um encarregado de negócios português e em breve será instalada em Lisboa uma Embaixada da R. P. A. É possível que criemos comissões mistas encarregadas de estudar os numerosos problemas ligados ao contencioso financeiro. De qualquer maneira, podemos prever que essas conversações serão demoradas, dado que determinadas questões que se encontram em suspenso são muito difíceis de resolver.

A. C.: Depois das declarações do chefe do Governo racista rodesiano, Ian Smith, rejeitando as propostas britânicas, qual será a atitude dos países da linha da frente?

. **P. J.:** Como se sabe, os cinco Estados da linha da frente são unânimes quanto aos meios a empregar para se conseguir a libertação do Zimbabwe, da África do Sul e da Namíbia, e a liquidação dos regimes racistas e reaccionários que oprimem os povos desses três países. Estamos dispostos, na medida das nossas possibilidades, a auxiliar os movimentos de libertação da África Austral a prosseguirem e alargarem a luta armada, que, a nosso ver, é a via mais adequada para alcançarem os objectivos indicados. Mas claro que tomaremos em conta as posições dos movimentos de libertação, pois o nosso papel consiste em auxiliá-los em função das suas necessidades e dos nossos meios.

Nenhuma dessas lutas é prioritária em relação às outras. Pensamos que a frente de combate é una e que as lutas devem desenvolver-se simultaneamente nos três países dominados pelos regimes racistas. Os países da linha da frente têm concentrado, nestes últimos tempos, os seus esforços no problema do Zimbabwe, devido, por um lado, à Conferência de Genebra, e, por outro, à agressão rodesiana contra a República Popular de Moçambique. Mas os cinco países da linha da frente concordam em conceder auxílio maior e mais eficaz à S. W. A.P.O. da Namíbia e ao C.N. A. da África do Sul bem como aos verdadeiros nacionalistas do Zimbabwe. (A este respeito a decisão dos cincos países da linha da frente de darem o seu apoio à frente patriótica zimbabwiana toma em conta simultaneamente as realidades internas e o facto de a Frente Patriótica dar a garantia de que a luta armada irá prosseguir).

Ao mesmo tempo em que estamos dispotos a auxiliar totalmente, na medida dos nossos meios, os movimentos de libertação da África Austral devemos igualmente reforçar o nosso dispositivo de defesa. Na verdade, não é de excluir que o regime Vorster desencadeie um novo ataque contra a R. P.A. ou que o regime de Ian Smith se lance em nova agressão contra Moçambique ou quaisquer outros países da linha da frente. Temos, pois, de estar preparados para ripostar a todos os ataques dirigidos contra os nossos países ou, se necessário for, responder ao apelo de qualquer outro país, a fim de rechaçar toda e qualquer agressão.

A. C.: Em que ponto estão as relações entre Angola e Moçambique?

. **P. J.:** Ninguém ignora que as relações entre Angola e Moçamnique são antigas e que o M. P. L. A. e a Frelimo estiveram sempre unidos por estreitos laços. Não consideramos útil divulgar os nossos projectos. Mas podemos, desde já, dizer que num futuro próximo haverá mais contactos entre os nossos dois países e que este ano a R. P. A. instalará uma Embaixada no Maputo.

(1) — No que se refere aos problemas económicos nota-se que foram já descarregadas no porto angolano do Lobito mercadorias destinadas à Zâmbia. A questão que resta resolver para as encaminhar para o seu destino é a do funcionamento do caminho-de-ferro de Benguela.

C.I.D.A.C. passa a ter nome de Amílcar Cabral

. O CIDAC (até aqui Centro de Inofrmação e Documentação Anti-Colonial) mudou a sua designação para Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, mantendo portanto a mesma sigla mas afirmando-se especificamente voltado para as relações, a todos os níveis, com as antigas colónias.

Numa nota distribuída a este propósito, a equipa do CIDAC informou-nos das razões da mudança de designação:

. «Quando o CIDAC lançou a sua actividade, em Maio de 1974, iniciava-se um aceso período de luta anticolonial: o derrube do regime fascista abria novas perspectivas para a vitória dos movimentos de libertação e para a independência das colónias portuguesas. Por isso escolhemos a designação de Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial.

Entretanto a situação alterou-se profundamente. As antigas colónias tornaram-se Estados independentes e é especificamente nas relações com eles a todos os níveis que o CIDAC desenvolve o seu trabalho político. A designação «anticolonial» está pois desatualizada.

Por isso mesmo, em 20 de Janeiro, aniversário do assassinato de Amílcar Cabral, a equipa do CIDAC deliberou que o mesmo se passasse a designar Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, assumindo assim uma referência expressa a esse homem que soube personificar, na sua vida de lutador, a grande causa da libertação dos povos da África e do mundo.

Esta nova designação em nada altera a orientação do nosso trabalho e apenas constitui mais um motivo para aprofundarmos a nossa solidariedade para com os povos das antigas colónias portuguesas».

Assembleia debate alargamento de águas territoriais

Uma proposta de lei relativa ao alargamento das águas territoriais, elaborada pelo Ministério da República. De acordo com a proposta, a extensão das águas territoriais passa para 200 milhas marítimas e a criação de uma zona económica exclusiva constituirá a aplicação por Portugal das actuais normas de direito marítimo internacional, nomeadamente no que se refere à navegação e ao sobrevoo inofensivo daquela área.

Na regulamentação a entrar em vigor, figurarão as normas relativas à captura total permitida de espécies marítimas, assim como o esforço máximo da pesca atribuído ao conjunto de todas as pescarias e a cada espécie individual. Ficará igualmente protegido o exercício nacional das actividades da pesca, incluindo o número e o manho dos navios, o emprego de aparelhos e os defesos na zona de reserva.

A proposta de lei estabelece ainda que o Estado português exerça competência exclusiva sobre as águas territoriais alargadas, em matéria de conservação e gestão de recursos naturais.

PUB

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

Os delegados sindicais do SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA, reunidos em Plenário no dia 2 de Março de 1977 na sede do Sindicato, estão inteiramente solidários com a justa luta travada pelos camaradas da construção civil «contra a sabotagem patronal às negociações do CCTV»; «pela imediata entrada em vigor das tabelas salariais»; «pela negociação do clausulado com o patronato»; «contra os despedimentos».

Tendo em conta o comportamento reaccionário do patronato e a escandalosa passividade do governo nestes já longos vinte meses em que o contrato da construção civil se encontra congelado, os DELEGADOS SINDICAIS sócios deste Sindicato responsabilizam o patronato e o governo pelo agravamento das tensões sociais a que estão a dar origem.

Camaradas da construção civil — **EM FRENTE NA LUTA, MAIS QUE JUSTA, PELO CONTRATO!**

Lisboa, 2 de Março de 1977

Esta moção foi aprovada por unanimidade e aclamação

OS DELEGADOS SINDICAIS

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS DO DISTRITO DE SETÚBAL

ADMISSÃO DE PESSOAL DO QUADRO COMPLEMENTAR

Informa-se que se encontra aberto concurso documental no período de 23/2 a 9/3 inclusive para provimento da vaga existente no quadro do pessoal abaixo indicado:

1 — Servente de Limpeza no Posto Clínico de Deixa-o-Resto.

Para mais esclarecimentos devem os interessados contactar a Secção de Pessoal Administrativo 7.º andar (Serviços Médico-Sociais do Distrito de Setúbal) Telefones 28041/4, sito na Avenida General Daniel de Sousa — Prolongamento — Prédio FIAT — Setúbal.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

PUB

ASSOCIAÇÃO DE ARMAZENISTAS, REFINADORES E EXPORTADORES DE AZEITES

CONVOCATÓRIA

Ficam convocados os sócios desta Associação para participarem na Assembleia Eleitoral que terá lugar no dia 5 do próximo mês de Abril, pelas 14.30 horas, na sede da Associação Comercial de Lisboa, sita na Rua Portas de Santo Antão, n.º 89, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Eleição dos membros da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, para o biénio de 77/78;
2. Eleição dos membros das Mesas dos Plenários de cada uma das Secções para o mesmo biénio.

A Asembleia Eleitoral só poderá funcionar em primeira convocatória, desde que estejam presentes pelo menos metade dos sócios.

Não se verificando o condicionalismo previsto no parágrafo anterior, poderá a Assembleia funcionar com qualquer número de sócios em segunda convocação, trinta minutos depois da hora indicada nos respectivos avisos.

Lisboa, 1 de Março de 1977

A COMISSÃO DIRECTIVA

Nacional

MAPRU em Coimbra

Camponeses fazem contas à vida nova

Texto de Lourdes Féria

Enquanto o Governo paga aos agrários subsídios mensais de 8500 escudos (a deduzir nas indemnizações que mais tarde irão receber), os camponeses que trabalharam durante anos, de sol a sol, têm direito a uma reforma de miséria. Quem indemniza os pequenos agricultores do vale do Mondego que «ganharam» doenças e velhice precoce nos campos lamacentos do arroz? Quem indemniza as viúvas dos camponeses que morrem agarrados à enxada? Quem indemniza as mulheres que ajudavam os seus homens na cava, nas sementeiras do milho e da batata...? Essa gente começou a despertar. E a exigir. Querem assistência médica e medicamentosa; reformas iguais para homens e mulheres; pensões para as viúvas dos agricultores sem subsídio; reforma aos 65 anos de idade; pagamento pontual das pensões e abono de família para os filhos. Os camponeses a quem o fascismo ensinou a ser humildes (até no pedir) exigem agora um montante mínimo igual a metade dos salário mínimo do trabalhador rural (1750$00) para todas as reformas e pensões, quer sejam de sobrevivência, de velhice ou invalidez.

Estas exigências expressas e discutidas pelos agricultores fazem parte do caderno reivindicativo aprovado no I Encontro da Previdência Rural, efectuado no último domingo em Coimbra. Cerca de 400 agricultores compareceram na reunião, promovida pelo MAPRU (Movimento de Agricultores por uma melhor Previdência Rural), uma organização que está a alastar pela Beira e a conquistar cada vez mais a adesão dos camponeses. O caderno reivindicativo, a ser entregue por uma comissão coordenadora eleita no Encontro, ao Conselho da Revolução, Presidente da República e ministro dos Assuntos Sociais, foi elaborado com base nas diversas reuniões levadas a cabo pelos núcleos do MAPRU do distrito de Coimbra. Deram ainda achegas e sugestões para a elaboração do caderno reivindicativo algumas Casas do Povo das Beiras. O MAPRU nasceu em Dezembro de 1975. De início contava apenas com um pequeno grupo de agricultores espalhados por duas ou três aldeias. Depois foi avançando. Actualmente o MAPRU é uma organização que adquiriu um certo peso.

MULHER IGUAL A HOMEM

No decorrer do Encontro alguns agricultores manifestaram a sua posição perante as deficiências da Previdência Rural. **«Temos de deixar de ser tratados como portugueses se segunda»** — disse um agricultor ao referir-se à maneira como o Governo tem encarado os problemas do campesinato. Depois de ter pedido desculpa à assistência por «ser analfabeto», Manuel Alexandre de Almeida, agricultor, desabafou ao microfone. Ironicamente pergunta: «A reforma de invalidez que recebo dá para comer e beber?»

Mais uma interrogação: será isto democracia? **«Quando elegemos o Presidente da República pensámos que ele nos ia favorecer. Agora já estamos a ver que o Governo só favorece os grandes, os que ganham 20 ou 30 contos por mês?»** Todos os que usaram da palavra, no Encontro, foram unânimes em afirmar que acham injusta a discriminação nas pensões atribuídas às mulheres. Este Governo continua (tal como os governantes fascistas) a considerar a mulher como um apêndice do homem. Porque é que o Governo no seu último decreto sobre a Previdência Rural decidiu atribuir às mulheres uma pensão inferior à dos homens em 300 escudos?

A propósito, um camponês das Beiras, na sua linguagem, disse tudo:

«As pensões devem ser iguais para os homens e as mulheres, porque o homem ajuda a mulher e a mulher ajuda o homem». Lamentou também a falta de organização existente entre os agricultores. E debruçou-se numa análise sobre o Governo que para ele é **desgoverno**. Interrogou-se mesmo sobre se o 25 de Abril teria trazido algumas vantagens para os agricultores... **«Tivemos um aumento dos adubos e das farinhas em cerca de 100 por cento».** O camponês, ostentando uma certa mágoa, disse que para o Governo só eram trabalhadores os bancários e funcionários de serviços. **«Eu oiço rádio, de dia e de noite, e por isso sei que nós nunca somos falados, nem considerados. Somos esquecidos...»**

Um outro agricultor subiu ao palco, agarrou no microfone apenas para transmitir o seu estado emocional. Homem isolado na sua aldeia, nos limites da pequena jeira que amanhã sem hábitos de reunião (talvez se tivesse estreado no Encontro) disse o que sentia: **«Até parece que vou para casa mais satisfeito por me ter encontrado com os senhores»**. Usou ainda da palavra Luís Costa, presidente da Casa do Povo de Tábua, que acentuou alguns aspectos relacionados com o papel que as Casas de Povo deviam desempenhar. É necessário que o Governo publique uma lei orgânica das casas do povo. Aliás, em 19 de Janeiro, o secretário de Estado garantiu a saída dessa lei. Se algumas casas do povo estão viradas por a prestação de serviços aos sócios e ao povo em geral, muitas outras, mantêm-se dentro da linha de actuação do tempo do fascismo. Nelas continua a imperar a corrupção, os compadrios e a política dos «favores». Por isso muitos agricultores criticam o facto de algumas pessoas que nunca trabalharam no campo (e nem sequer precisam da Previdência para viver) estarem a receber pensões das Casas do Povo. **«Os agricultores têm de estar atentos. As Casas de Povo devem servir quem trabalha a terra. O MAPRU já nos começou à ensinar o caminho...»**

Falou um representante da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho que sublinhou o atraso com que «os velhotes e inválidos» recebem as suas pensões. Não basta a **miséria** que recebem; ainda recebem com dois ou três meses de atraso... Entretanto como vivem? **«Vão à loja pedir os géneros alimentícios fiados. Pedem 50 paus a este ou àquele, e no fim, quando chega o dinheiro da pensão, ficam sem nada porque o dinheiro vai-se no pagamento das dívidas».**

Uma nota importante do Encontro da Previdência Rural foi a participação activa dos agricultores, quer através das intervenções que fizeram, quer nas votações dos pontos do caderno reivindicativo. As pessoas não **estavam por estar.** Foram ao Encontro na intenção de discutir e arranjar (em conjunto) soluções para os seus problemas. Para já impuseram no projecto do caderno reivindicativo, elaborado pelos núcleos do MAPRU, a alteração do montante da pensão. Em vez dos 1000 escudos exigem (e aprovaram) 1700 escudos; o correspondente a metade do salário mínimo nacional dos trabalhadores do campo.

No I Encontro da Previdência Rural, promovido pelo MAPRU, estiveram presentes delegações da Liga de Pequenos e Médios Agricultores de Montemor-o-Velho, Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas de Coimbra, CARRA, Comissão de Rendeiros do Fundão, Grupo de Trabalho da Previdência da União dos Sindicatos de Coimbra, G.G.T.P.-Intersindical e Cooperativa Agropecuária Val do Arnoia (Caldas da Rainha).

PUB

ESPANHA AMANHÃ SERÁ REPUBLICANA!

SEXTA-FEIRA, 4 DE MARÇO, ÀS 20 HORAS

— NO —

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

●5 HORAS PORTUGAL PELA ESPANHA●

●VIVA A REPÚBLICA!●

Espectáculo de apoio à luta dos Povos de Espanha pela República.

Participam os conhecidos autores espanhóis.

ELISA SERNA — MIGUEL RIOS — XAVIER RIBALTA — ANTÓNIO CURIEL — PABLO GUERRERO — HILÁRIO CAMACHO.

Actuarão também, Grupos e Cantores portugueses.

Intervirão destacadas personalidades Republicanas e Delegações de Fábricas em Luta.

PUB

QUIPESA, S.A.R.L.

CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

É convocada para se reunir no dia 23 de Março do corrente ano, pelas 18 horas, nos escritórios da Sociedade, na Avenida António Augusto de Aguiar, 148 — 8.º A, desta cidade, a Assembleia Geral Ordinária dos accionistas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1) Discussão, aprovação ou modificação do relatório e contas do Conselho de Administração, bem como a do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 1976;
2) Tratar de qualquer assunto de interesse para a sociedade.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1977

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Carlos da Gama Rose

EXTERNATO
CICLO PREPARATÓRIO
CURSO LICEAL NOCTURNO

— ABERTAS AS INSCRIÇÕES —

CURSOS INTENSIVOS — TRABALHADORES ESTUDANTES

(das 18 às 23 horas)

Av. Duque de Loulé, 71, 2.º — Telef. 40345

Em PORTIMÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA INGLESA

Nacional

L.C.I. contra medidas do Governo

Em nota à Imprensa, a L.C.I. toma posição face às recentes medidas económicas decretadas pelo Governo declarando a sua oposição.

«A desvalorização do escudo traduz-se inevitavelmente num rápido aumento dos preços que vão afectar os trabalhadores portugueses. Só os preços dos produtos do cabaz de compras subiram já mais de 10 por cento e no seu cojunto os preços subirão no mês de Março entre 5 e 10 por cento, só para alimentação» — diz a nota, acrescentando que «estas decisões não vão resolver a crise económica», que «o défice da balança de pagamentos se manterá» e que as «negociações com a C.E.E. vão conduzir a um agravamento da concorrência, com consequências inevitáveis no aumento do desemprego».

«Nesta crise» — diz a L.C.I. — «a única alternativa é uma solução operária e osiclista; a aplicação de uma escala móvel de salários, fixada pelos sindicatos e que aumento 3 por cento mensalmente o salário de cada trabalhador; a luta por um aumento de dois mil escudos igual para todos; a semana de 40 horas e a escala móvel de horas de trabalho para reabsorver o desemprego». «Lutando por estes objectivos» — conclui — «a L.C.I. apoiará incondicionalmente todas as greves, lutas e manifestações que se oponham a este Pacto Social e ao Plano de Austeridade».

ANTÓNIO BARRETO NA TV

"Cabaz das compras" obriga a vigilância dos preços

. «Se no cabaz estivessem todos os produtos necessários à alimentação, não haveria cabaz» — eis uma das afirmações ontem proferidas pelo ministro do Comércio, António Barreto, na rubrica «Momento Político» da RTP, para esclarecimento ao que se julga, de algumas dúvidas levantadas com a recente adopção pelo Governo de determinado número de medidas económicas e financeiras, e sobretudo relacionadas com o «Cabaz das Compras».

De harmonia com as suas afirmações, poder-se-á dizer que o «cabaz» se destina a subsidiar um relativo e determinado número de produtos que «minimizarão», para as camadas mais desfavorecidas(?), o aumento do custo de vida.

Justificando o aumento dos preços de alguns dos produtos alimentares que constituem o «Cabaz de Compras», António Barreto referiu que esse facto se verificou em obediência a duas razões: porque a maior parte desses produtos já não aumentava «há bastante tempo», e pela necessidade absoluta de aumentar os preços à produção. Como exemplos deste segundo aspecto Barreto assinalou os casos do trigo, da carne, da pescada congelada e do milho, que ficarão mais baratos comprados ao estrangeiro do que fica a sua produção no País.

Na óptica do ministro do Comércio e do Governo, não aumentar os preços dos produtos incluídos no «Cabaz» implicaria um bloqueamento total dos salários, por um lado, e ter-se-ia de elevar o montante dos subsídios a níveis perfeitamente não razoáveis, que tornariam a nossa economia cada vez mais impraticável.

«Não aumentar os preços do cabaz», realçou António Barreto num trecho da sua intervenção, «custaria mais oito milhões de contos para além dos nove milhões já gastos em subsídios. Um subsídio global de 17 milhões de contos é perfeitamente incomportável com as finanças do Estado, e criar-se-ia, uma vez mais, uma economia desequilibrada, uma economia desequilibrada, uma nomia que não nos levaria a lado nenhum».

Anunciando ainda, e para breve, o fim da intervenção do Estado na maior cadeia portuguesa de supermercados, e lamentando, sem apontar a incapacidade do Governo em reconverter os circuitos comerciais daquela e de outras empresas de outros ramos, os 150 mil contos de prejuízo de 1976, António Barreto afirmou que a partir de hoje «termina com o infernal sistema de subsídios à pecuária, para que cesse o que considerou como tipos de corrupção e de «fraude institucional».

Relativamente ao facto de as fraudes, a especulação e o açambarcamento serem frequentes, e à necessidade de combater esse tipo de actuação, o Governo, segundo Barreto, garante a manutenção dos preços dos produtos incluídos no «Cabaz de Compras», como se compromete a garantir o abastecimento desses produtos, e a estabelecer as margens de comercialização e a fixação dos preços à produção e ao consumidor.

Assim, vão ser criados novos mecanismos de fiscalização e de repressão à fraude, e vão ser tomadas medidas legislativas pelo Governo, ou propostas à Assembleia da República, para que os processos que venham a ser levantados sejam sumários, em vez de terem que esperar dois ou três anos para que os especuladores ou autores de fraudes neste campo sejam julgados. Para que a fiscalização seja um facto, e sobretudo para que funcione com eficiência e rapidez, ainda de acordo com o ministro do Comércio, vão ser recrutados mais agentes, que serão «formados e devidamente qualificados».

MULHERES CONTRA CUSTO DE VIDA

Há comício no dia 24

«As mulheres portuguesas estão a desenvolver a nível nacional uma campanha contra o aumento do custo de vida» — afirmou numa conferência de Imprensa um dos elementos da Comissão Distrital Unitária das Mulheres, que engloba representantes do movimento sindical, das organizações populares de base, do M. D. M. e mulheres independentes.

«A campanha, que culminará com um comício no próximo dia 24, pelas 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, está também aberta a todos os trabalhadores que quiserem lutar ao lado das mulheres contra o aumento do custo de vida, o qual afecta a esmagadora maioria da população portuguesa» — prosseguiu a Comissão de Mulheres.

«Esta luta», salientaram, «integra-se numa outra mais vasta: a que foi decidida no grande encontro das mulheres trabalhadoras, promovido pelo movimento sindical em Julho do ano passado. As conclusões desse encontro exigem a mobilização de todos os trabalhadores contra o aumento de custo de vida e no combate ao desemprego e agrupa também todas as mulheres (e homens) empenhados em defender a liberdade e a democracia, numa luta unitária antifascista».

. Na conferência de Imprensa, foi ainda criticada a constituição do «cabaz das compras».

Entretanto, através do País, grupos unitários de mulheres, com o apoio dos sindicatos e comissões de moradores, estão a realizar sessões de esclarecimento e a recolher assinaturas para abaixo-assinados de protesto contra a carestia de vida. Em Lisboa, já foram recolhidas mais de nove mil assinaturas,

FREITAS DO AMARAL NO AMERICAN CLUB

"Projecto europeu não esgota energias de Portugal"

. «Tal como tem sido apresentado, o projecto europeu não esgota as energias do povo português. Não seremos nunca uma nação instalada. A questão é saber qual é, na Europa, o papel que Portugal deve desempenhar. Que imagem vamos dar de nós próprios. Qual o contributo que pretendemos e podemos dar à Europa. Qual a nossa vocação no Mundo actual» — palavras de Diogo Freitas do Amaral pronunciadas ontem no American Club.

O presidente do CDS falava dos projectos que se têm posto e estão a pôr-se ao povo português. Antes do projecto europeu, Freitas do Amaral citara o projecto de esquerda e o projecto de direita. Sobre o primeiro, disse que já foi claramente recusado pelo povo português. Sobre o segundo — o de direita — disse que ele «não é mais do que reviver um passado sem viabilidade».

Para Freitas do Amaral, «somos um povo à procura de um novo destino nacional. Somos um povo que se fez na projecção atlântica e ultramarina». Na sequência, criticou, mas sem grande severidade, a descolonização tal como se processou.

Ainda durante a sua alocução, o dirigente centrista teceu demoradas considerações sobre a actual situação política e sobretudo económica, os pontos de vista do CDS acerca das questões que se levantam.

Num passo, e referindo-se à economia: «Os próximos dois ou três anos serão decisivos para se saber se Portugal poderá sair da crise» — afirmou. — «Esse período marcará o destino do nosso país para as próximas décadas.»

Noutro passo, criticaria durante o que chamou «gonçalvismo», acusando-o de ter provocado as «três piores doenças de uma economia moderna: o desemprego, a inflação, e o défice da balança de pagamentos».

Bancários promovem seminário sobre reestruturação do sector

Não terá carácter deliberativo o seminário que, sobre a Banca, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas promoverá em 5 e 6 do corrente na Associação Comercial de Lisboa, às Portas de Santo Antão. A iniciativa, conforme se pode assinalar no programa ontem distribuido em conferência de Imprensa, procurará essencialmente ser «a melhor forma de se encontrarem soluções que servirão de recomendação» à Comissão Reestruturadora do Sistema Bancário (C. R. S. B.), dado que até agora aquele órgão de classe quase não se pronunciou sobre a reestruturação da Banca, a despeito de se fazer ouvir acerca das fusões e das integrações já concretizadas.

O seminário em questão, que se desdobrará por quatro sessões, é diferente dos que se têm realizado em Portugal nos últimos meses, como referiu ontem Rui Duarte, do Sindicato dos Bancários do Sul, ao apontar o facto de não haver convidados estrangeiros e, nos dois dias por que se prolongará, recolher conclusões reflectindo os pontos de vista dos trabalhadores bancários e dos representantes dos partidos.

A leitura das conclusões será feita no segundo dia de trabalhos, antes do encerramento do seminário.

O Sindicato, que defende que a reestruturação e socialização da Banca tem que ser feita com a participação dos trabalhadores, e que reclama da C. R. S. B. a «apresentação de um esquema global» sobre a reestruturação é fundamental, convidou para o seminário, no qual serão apresentadas as teses dos trabalhadores do sector, representantes dos bancários dos Açores e da Madeira, o Secretariado das Comissões de Trabalhadores do ramo, todos os trabalhadores bancários, membros da C. R. S. B. e os partidos políticos com assento na Assembleia da República.

Pub

Portugal presente na ampliação do Porto de La Guaira, na Venezuela

A SOMAGUE, em consórcio com a empresa venezuelana CANELSA, foi a vencedora do concurso internacional para a ampliação do Porto de La Guaira, na Venezuela.

Trata-se de uma obra de grande envergadura, orçada em cerca de 700 mil contos e de importância vital para aquele País da América Latina, nesta fase de intenso desenvolvimento económico em que se encontra.

Esta vitória, conseguida em luta com os maiores empreiteiros e agrupamentos de empreiteiros mundiais, depois de um longo esforço na tentativa de penetração nos mercados estrangeiros, confere à SOMAGUE 50 % do valor das obras de ampliação do Porto e pode abrir perspectivas a várias outras empresas portuguesas.

O financiamento das despesas a realizar em Portugal relacionadas com a empreitada, assim como as necessárias garantias financeiras na ordem externa, serão, no âmbito das suas actividades de apoio à exportação, assegurados pelo Banco de Fomento Nacional.

NOTA OFICIOSA

Real Vinícola

A fim de refutar a versão ultimamente posta a circular sobre a próxima devolução do Grupo «Real Companhia Velha-Real Vinícola» à sua antiga administração, o Ministério do Comércio e Turismo divulgou a seguinte nota oficiosa:

«Circulando rumores — reforçados por notícias infundadas dum jornal do Porto — que o grupo 'Real Companhia Velha-Real Vinícola', sob a intervenção do Estado, iria ser entregue à antiga administração, vem o Ministério do Comércio e Turismo apontar os seguintes factos.

1 — Por resolução do Conselho de Ministros de 2 de Setembro de 1976, face aos inquéritos e estudos efectuados, determina-se entre outras medidas «...o saneamento económico-financeiro das sociedades Real Companhia Velha e Real Vinícola, optando-se a sua fusão e ulterior transformação numa empresa de economia mista» e «Que se proceda ao aumento de capital da futura empresa, podendo a sua maioria vir a pertencer, numa fase imediatamente posterior, a entidades privadas, nomeadamente aos trabalhadores, produtores e agricultores da região demarcada do Douro e público em geral».

2 — Terminada a avaliação patrimonial das referidas empresas, a Comissão Interministerial, encarregada de apresentar uma proposta técnica ao abrigo do Decreto-Lei n.º 907/76 de 31 de Dezembro, deverá concluir brevemente os seus trabalhos. Só então o Conselho de Ministros decidirá qual a estrutura do capital da futura empresa e qual a forma que esta virá a tomar, ao abrigo do determinado no referido decreto-lei.

3 — Entretanto, e já com vista à reestruturação do seu capital, foi cometido ao grupo de empresas pelo Ministério das Finanças a importância de 100.000 contos.

O Ministério do Comércio e Turismo, como Ministério de Tutela, não deixará de informar todas as partes interessadas e o público em geral da solução final a concretizar para as referidas empresas, após o processo de desintervenção ser decidido em Conselho de Ministros.»

BIP

Informamos os nossos Clientes que os números de telefones da nossa sede na Avenida Fontes Pereira de Melo serão alterados para

576000
577000

A partir do próximo sábado dia 5 de Março.

BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS

Nacional

ABSOLVIDO PELO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Costa Saraiva pode voltar aos tribunais

O antigo director da Emissora Nacional, Clemente Rogeiro viu a sua pena de demissão, aplicada em 31 de Julho de 1975, anulada e transformada em aposentação compulsiva. Mas como a aposentação compulsiva, neste caso, não tem os efeitos que nos termos da lei geral a medida comporta, tal significa que continuará a receber tranquilamente o seu salário, como aposentado correspondente ao alto posto hierárquico atingido por bons serviços prestados ao fascismo.

O mesmo despacho da Comissão de Análise de Recursos de Saneamento e Reclassificação, do Conselho da Revolução, foi também de extrema benevolência para com outro conhecido serventuário do fascismo, o juiz Costa Saraiva que se celebrizou pela actividade no Tribunal Plenário. Foi-lhe anulada a pena de transferência para serviços de registos e notariado e a única restrição imposta à sua actividade é a de não exercer a magistratura na comarca de Lisboa no período de dois anos posteriores ao termo da situação de licença ilimitada em que se encontra.

A magnanimidade da Comissão de Reclassificação, e por consequência, do Conselho da Revolução, é no entanto muito mais vasta. O despacho a que nos vimos referindo anula as penas de demissão do dr. Alberto Espinhal (que poderá voltar ao lugar que ocupava no Ministério do Trabalho ou ser aproveitado noutro lugar) e do arquitecto Mário Meneses, da Câmara de Cascais. Foi substituída a pena de aposentação de Guilherme Teixeira Ribeiro (do antigo Instituto Nacional de Trabalho), e anulada a pena de aposentação compulsiva do chefe da secretaria da Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa. Outros funcionários afastados no decurso do ano de 1975 por acusação de ligações com o fascismo e a quem foram anuladas as penas de demissão: Casal dos Santos, ex-chefe de secção na Emissora Nacional e professor no Instituto Superior de Contabilidade e Administração; inspector Del Duque da Costa, da Direcção-Geral da Fiscalização Económica; dr. António Vieira de Castro, professor do ensino liceal e Carlos Pousada Lopes da Silva, subinspector da Direcção-Geral de Fiscalização Económica.

A alguns destes últimos funcionários foi no entanto imposta a pena de suspensão sem vencimento pelo período de alguns meses.

"ULTIMAS" DO LUMIAR

Comissão Intersindical reclama arranque da Assembleia da TV e Conselho da Informação

De acordo com um comunicado da Comissão Intersindical da R.T.P., vive-se naquela estação emissora «uma situação de degradação do clima de trabalho e indefinição quanto ao futuro da empresa e situação dos trabalhadores».

Para os delegados sindicais, é testemunha do ambiente que se vive na Televisão «o afastamento voluntário do Director de Programas e a dificuldade da sua substituição, a censura sobre o trabalho dos jornalistas do Telejornal (...) e ainda os conflitos já publicamente revelados entre os responsáveis dos vários sectores da empresa ao mais alto nível».

Aludindo aos casos de manipulação da informação e censura, denunciados há dias por vinte e um jornalistas do Telejornal, o comunicado considera que eles «vêm colocar a questão da necessidade de entrada em funcionamento, com a maior brevidade, dos órgãos previstos no Estatuto da empresa, isto é, a Assembleia de Televisão e o Conselho de Informação, órgãos esses que darão uma grande contribuição para garantir a independência da RTP face ao poder político e poder económico».

Acentua o comunicado:

«É ainda bastante preocupante que se estabeleça como objectivo para o inquérito ordenado pela secretaria de Estado da Comunicação Social, não o apuramento das responsabilidades daqueles que praticaram actos de censura contrários ao espírito e à letra da Constituição e da Lei da Imprensa, mas a averiguação das responsabilidades pela alegada fuga de documentos que permitiram denunciar esta situação antidemocrática e inconstitucional».

Finalmente, a Comissão Intersindical da RTP, depois de repudiar «as acusações de tentativa de desestabilização que certamente não deixarão de ser feitas», tenciona, segundo o comunicado a que nos vimos referindo, «diligenciar para que estrem em funcionamento os órgãos previstos nos Estatutos (Assembleia de Televisão e Conselho de Informação) e para que seja iniciado o processo que conduzirá à eleição dos representnantes dos trabalhadores da empresa no Conselho de Administração e Conselho Fiscal».

Entretanto, o capitão Tomás Rosa, presidente da comissão Administrativa da RTP, afirmou já que vai recorrer da medida de suspensão preventiva de que foi objecto por um despacho do secretário de Estado da Comunicação Social.

Segundo informações obtidas junto da RTP (o capitão Tomás Rosa estava esta manhã ausente, segundo nos disse uma secretária da Administração», «o recurso poderá ser entregue ao próprio secretário de Estado da Comunicação Social ou ao Supremo Tribunal Administrativo, hoje ainda ou amanhã».

T.M.T.'s decidem

Mais "pides" libertados

«Eu faço um desafio aos jornalistas...», afirmou com desplante no 5.º Tribunal Militar de Lisboa o ex-agente da P.I.D.E. António Ferreira que, com mais dois colegas, foi ontem «condenado» à liberdade...

Antigo motorista, tal como Francisco Nunes Fernandes, da organização de malfeitores chamada P.I.D.E., foi condenado a 17 meses de prisão enquanto o «companheiro de armas» apanhou 13 meses. Ambos beneficiaram de perdões num total de 180 dias para cada, pelo que a pena foi considerada expiada.

Depois de lida a sentença o «pide» Ferreira, de apenas 24 anos, protestou pelo facto dos jornalistas dizerem que os «pides» foram torturadores e deitavam bombas...

O outro «pide» ontem julgado foi o «típico agente de fronteiras», tal como afirmou o juiz auditor — chama-se Manuel Reis de Spusa e foi condenado a 14 meses de prisão, já cumpridos, claro!

Nas declarações prestadas dentro da sala do tribunal os três ex-agentes foram unânimes num ponto — nunca torturaram ninguém, nem sequer tiveram, em algum momento, conhecimento de torturas praticadas na P.I.D.E.!

PUB

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

MOÇÃO APROVADA NO PLENÁRIO DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL (4 302 SÓCIOS ABRANGIDOS POR ESTE SECTOR)

MOÇÃO

Considerando que apesar de todos os esforços desenvolvidos pela Comissão Sindical Negociadora para o desbloqueamento das negociações do contrato colectivo vertical da Construção Civil, se mantem uma atitude de boicote por parte das entidade patronais, os trabalhadores de escritório do Distrito de Lisboa decidem:

— Apoiar a Comissão Negociadora nos esforços a desenvolver para o prosseguimento do processo;

— Denunciam a posição das entidades governamentais pela cedência às exigências do patronato;

— Apoiam a jornada de luta a efectuar no dia 3 de Março, da parte da tarde, com paralização de trabalho com os seguintes objectivos:

1. Pela imediata entrada com vigor das tabelas salariais.
2. Pela negociação do clausulado com o patronato.
3. Contra a sabotagem do patronato nas negociações.
4. Contra os despedimentos.

(VOTADA ÀS 2 HORAS COM 40 A FAVOR, 10 CONTRA E 2 ABSTENÇÕES).

Lisboa, 2/3/77

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA

SEDE: RUA 18 DE JANEIRO, N.º 13 — TELEF. 52783
MARINHA GRANDE

CONVOCATÓRIA

A Comissão Sindical de Negociacão convoca todos os trabalhadores da Indústria Vidreira, abrangidos pelo C. C. T. V. em negociação, para os plenários que se vão efectuar nos dias e horas abaixo indicadas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Informações sobre as negociações do CCTV em curso;

2 — Definição das posições a tomar pela Comissão Sindical de Negociação, face à atitude das associações patronais, no tocante aos pontos que se encontram controvertidos e às tabelas salariais que hoje nos apresentaram.

MARINHA GRANDE	Dia 4 de Março de 1977 TEATRO STEPHENS Às 18.15 horas
LISBOA	Dia 5 de Março de 1977 INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO — SALÃO NOBRE Às 10.00 horas
PORTO	Dia 5 de Março de 1977 SEDE DO SINDICATO Às 10.30 horas

A Comissão Sindical
Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira
Federação dos Metalúrgicos
Federação dos Rodoviários
Federação do Comércio
Sindicato das Garagens

Marinha Grande, 1 de Março de 1979

PUB

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

Através dos órgãos de Comunicação Social, foi difundida uma nota assinada pelo sr. secretário de Estado do Trabalho, acerca da concentração levada a efeito pelos trabalhadores dos CTT, junto do edifício do Ministério na Praça de Londres.

Porque aquela nota contém inexactidões, nem este sindicato, o SNTCT, (Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações) tecer considerações que se impõem, no sentido de esclarecer a opinião pública sobre a verdade dos factos.

1.º E com efeito verdade, que decorrem desde Agosto do ano passado as negociações, entre a Administração da Empresa e 6 sindicatos, para obtenção de um ACT. A participação nas negociações de quatro sindicatos horizontais e um paralelo, que apenas defendem posições de classe é da responsabilidade do Ministério.

2.º A morosidade nas negociações, decorre desta situação, aliás, sempre denunciada por este Sindicato, perante a passividade do CA/Governo.

3.º Entraram as negociações num impasse devido à posição radical de um dos Sindicatos, face às Carreiras e Níveis, contrária à vontade da maioria dos trabalhadores, da qual é porta-voz o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações, porque o CA/Governo não respeitou essa representatividade, no sentido de serem conseguidos os objectivos por nós defendidos.

4.º Decidiram os trabalhadores, em reunião efectuada em Lisboa, concentrar-se junto do edifício da Praça de Londres para manifestar, o seu protesto relativamente a mais esta situação de impasse e entregar Moções que apontavam para plataformas de resolução do diferendo.

5.º Para tal, solicitámos ao Governo Civil de Lisboa, a necessária autorização, através de ofício.

6.º Comprometeu-se este Sindicato e cumpriu, que a manifestação decorreria dentro da maior ordem cívica, não havendo necessidade de deslocar para o local, as forças da ordem. Devemos esclarecer, que apenas permaneceram no local, a Guarda normal do edifício do Ministério.

7.º Cerca das 18 horas, três elementos da Direcção, responsáveis pela manifestação, foram convocados, pelo coordenador geral do Ministério, que lhes solicitou, procedessem à desmobilização da manifestação dentro do prazo de 15 minutos, fim do qual chamaria as forças da ordem.

8.º A Direcção reunida na emergência, decidiu do facto, dar conhecimento aos trabalhadores, tendo estes, por sua vez, decidido permanecer no local, com palavras de ordem.
Daqui ninguém arreda pé!

9.º Até às dezanove e trinta, hora a que a Comissão Negociadora abandonou o edifício, e a manifestação se desmobilizou, de acordo com o plano previamente estabelecido, nenhum incidente ocorreu com as forças da ordem ou outras.

10.º Quanto à afirmação de a manifestação integrar cerca de 300 trabalhadores, pensamos tratar-se de falta de um zero pois o erro de cálculo é demasiado evidente.

11.º O sr. secretário de Estado ao afirmar que a manifestação, foi dispersada pelas forças da ordem, demonstra estar deficientemente informado, o que é grave, dada a posição política que ocupa, e o que essa desinformação pode representar para os trabalhadores deste País.
Espera este Sindicato, consciente que representa mais uma vez, o desejo dos trabalhadores, que a verdade seja reposta.

12.º Por último apenas queremos fazer sentir, que não estamos interessados em qualquer processo desestabilizador, mas sim, em resolver rapidamente os graves problemas económicos dos trabalhadores dos CTT, que neste momento, já aceitaram o que lhes é imposto pelo CA/Governo, pretendendo apenas, que o processo avance com a distribuição da verba que lhes foi concedida.

O Secretariado Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações — SNTCT

Trabalho

C.C.T. EM CAUSA

Material eléctrico paralisa amanhã

Como forma de apoio às pretensões manifestadas pela Comissão Negociadora Sindical do seu Contrato Colectivo, os trabalhadores do sector de fabricantes de material eléctrico e electrónico efectuam amanhã de manhã uma paralisação de três horas, que aproveitarão para debate do problema em plenários a efectuar nas diversas empresas.

A Comissão Negociadora Sindical pretende que o patronato apresente uma proposta de aumento superior aos 14 por cento que adiantara no mês passado, quando esteve iminente idêntica paralisação. Esse aumento respeita ao montante global de encargos e às tabelas salariais, e deveria situar-se, na perspectiva dos sindicatos, na ordem dos 25 por cento.

A paralisação de amanhã foi marcada para as 9 horas e prolonga-se até ao meio-dia, podendo os delegados sindicais das empresas indicar outro período, «em casos extremos» (turnos, por exemplo). A decisão foi tomada no decurso de plenários de delegados sindicais, efectuados ontem em Lisboa, Porto e Aveiro. Haverá novas reuniões no próximo sábado, «para análise da situação e decidir de medidas a tomar».

METALÚRGICOS

Ruptura das negociações agudiza conflito

Divergências quanto à data de entrada em vigor do futuro contratocolectivo de trabalho vertical dos sectores metalúrgico e metalomecânico levaram ontem de manhã à ruptura das negociações, que decorriam no Ministério do Trabalho em fase de conciliação.

Os sindicatos responsabilizam as associações patronais pelo impasse criado ao manterem inalterável uma posição que, a ser aceite, poderia abrir caminho ao protelamento indefinido das negociações da matéria por acordar, a qual se conta a tabela salarial.

A situação assim criada levará os trabalhadores do sector a adoptar formas de luta, visando pressionar o patronato a aceitar soluções satisfatórias e a negociar com rapidez os assuntos pendentes. A Comissão Negociadora sindical divulgará amanhã, em encontro com a Imprensa, as razões do conflito e a sequência do processo, que se arrasta há largos meses.

PELA TERCEIRA VEZ

Têxteis em greve

Os trabalhadores têxteis de todo o País entraram hoje novamente em greve total, no cumprimento do calendário de luta proposto pela Comissão Negociadora Sindical e aprovado nas muitas assembleias que têm sido realizadas. Este é o terceiro dia de greve total. Nos anteriores, o índice de adesão andou pelos 80 a 90 por cento, segundo os sindicatos. O conflito dos têxteis arrasta-se desde há meses e, na actual situação, conforme um dirigente sindical, «não há apenas passividade, mas verdadeira conivência do Ministério do Trabalho com o patronato, numa tentativa de «desgaste» dos trabalhadores, com vista a levá-los ao desânimo».

No entanto, a luta pela assinatura do CCTUV continuará, nomeadamente por cláusulas como a que impõe a entrada em vigor do novo contrato a partir de um de Janeiro e a que estipula que o período de vigência não poderá exceder um ano.

A luta dos têxteis tem sido assinalada por incidentes diversos, sobretudo no Norte, resultantes de manobras intimidatórias de patrões sobre trabalhadores que exercem o seu direito à greve. As «suas pensões» continuam, acompanhadas por vezes de formas de chantagem.

Assim nas Malhas Mondego, em Rio Tinto, estão suspensos, com processos disciplinares, 7 trabalhadores. Na Sociedade Portuguesa de Algodões, igualmente sete. Em S. João da Madeira, na «A. R. Geasteira», dois operários foram despedidos e outros dois estão suspensos.

O caso mais estranho é o da «Uniteca» em que o patrão ameaçou levantar cerca de 130 processos disciplinares, que seriam arquivados se os visados desistissem das formas de luta adoptadas pela classe. Os trabalhadores, porém, não se intimidaram e, hoje, a grande maioria voltou a paralisar.

Entretanto, o Sindicato dos Têxteis do Sul convocou os seus associados para uma assembleia a realizar hoje às 20 horas, na Voz do Operário, «para sabermos qual vai ser o futuro do nosso contrato e o nosso futuro».

Construção civil em greve

Vitória quanto aos salários parece assegurada

«O Conselho de Ministros decidiu aprovar a tabela salarial proposta pelos sindicatos para o sector da construção civil. As associações patronais vão ser convocadas, a fim de, por sua vez, se pronunciarem. Caso estas não aceitem a nova tabela, esta será regulamentada por via administrativa. O respectivo regulamento sairá no Boletim do Ministério do Trabalho do próximo dia 8». A confirmarem-se oficialmente estas informações, colhidas há pouco junto do Sindicato da Construção Civil de Lisboa, as negociações para o CCTV sofrerão inesperado desenvolvimento e poderá afirmar-se que em parte, a greve em curso esta tarde estava ganha antes de começar. As decisões acima foram acordadas após reunião terminada às seis da manhã entre a Comissão Negociadora Sindical, o ministro da Habitação, o secretário de Estado da Construção Civil e o subsecretário de Estado do Trabalho. Entretanto, a paralisação mantém-se.

Efectivamente, os trabalhadores da construção civil entraram em greve a partir do meio-dia, em todo o País. A paralisação, que se limita em tempo à tarde de hoje, tem por fim pressionar o patronato e o Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, acusados de exercerem boicote às negociações para o contrato colectivo vertical. Os homens da construção reiniciam assim formas de luta que, num passado recente, assumiram proporções históricas. Recorde-se a concentração frente a S. Bento em 12 de Novembro de 1975.

A greve desta tarde visa sobretudo a definição da nova tabela salarial e o seu período de retroactividade. Com algumas correcções embora, a tabela em vigor data de há quase três anos. Entretanto, o CCTV está «praticamente congelado há 20 meses» e, durante este longo tempo, não só as reivindicações dos trabalhadores não foram atentidas, como eles viram a sua condição agravada por via de leis antioperárias como a dos despedimentos e a dos contratos a prazo. Por outro lado, a subida do custo de vida e o aumento dos impostos e da Previdência conduziram os salários a níveis inferiores, em alguns casos, aos de 1974.

Para o Ministério da Habitação, que tornou ontem pública uma extensa nota oficiosa sobre o assunto, «a comissão negociadora sindical pretende desencadear uma greve política, contrária aos interesses da economia nacional». (A argumentação do ministro do Trabalho para a greve dos têxteis parece ter seguidores.) No entanto, compulsando a vasta literatura sindical sobre o assunto, verifica-se que, em Julho do ano passado, o ministro Eduardo Pereira «afirmava estarem criadas as condições para que se pudessem aplicar as novas tabelas salariais e avançar com medidas de revitalização do sector da construção civil e das obras públicas». Em Agosto seguinte, o Conselho de Ministros emitia um comunicado no qual afirmava ter sido aprovada a proposta do Ministro da Habitação que, genericamente, abarcava as novas tabelas salariais, propostas pelos sindicatos, e as medidas de revitalização do sector. Verifica-se neste momento: as tabelas salariais foram aprovadas mas não publicadas; as medidas de revitalização foram também aprovadas e quase todas elas publicadas». No respeitante a estas «medidas» (que envolvem a já citada legislação antioperária, a que se opõe coesamente o Movimento Sindical) os textos sindicais fazem observar que elas correspondem, quase passo a passo, ao caderno reivindicativo apresentado ao ministro, em Outubro do ano passado, pelas Associações patronais.

Argumenta o ministro na sua nota oficiosa que, a serem aceites as exigências dos trabalhadores, tornar-se-ia «catastrófica» a situaçao no sector. Aliás, este argumento tem sido exaustivamente repetido, quer pelo ministro, quer pelas associações patronais. No entanto, após o Encontro Nacional das organizações representativas dos trabalhadores, foi apresentada ao Governo uma completa proposta de reconversão e reestruturação da indústria da construção civil. Esse documento admitia e atentava nas dificuldades existentes e preconizava soluções que punha a debate. O documento não foi considerado. «Por isto e por tudo», repudiamos o qualificativo «político» atribuído pelo ministro a uma greve que foi aprovada em vastos plenários realizados em todo o País, durante o mês de Fevereiro» — conforme os dirigentes sindicais que contactámos esta manhã.

Merece a pena reparar no facto e dele retirar ilações óbvias: a nota oficiosa do ministro da Habitação antecede, de horas, as decisões tomadas na madrugada de hoje, no final de uma reunião a que ele, ministro, esteve presente. Algo se terá passado no curto espaço de tempo que vai desde a publicação de uma nota na qual se considera que a greve «não se prende a uma reivindicação salarial justa» até ao anúncio da aprovação, pelo Conselho de Ministros das tabelas reivindicativas.

Novos horários podem arruinar o pequeno comércio

— adverte a União dos Sindicatos do Porto

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Porto e a comissão de luta do comércio retalhista promoveram esta manhã, na sede da União dos Sindicatos do Porto uma conferência de Imprensa para analisar o recente diploma que «conduzirá à liquidação dos horários normais, da semana inglesa e do descanso ao domingo».

«Entretanto, o secretariado da U.S.P., em comunicado, afirma que «os responsáveis governamentais alteraram os horários em vigor no comércio, sem qualquer consulta aos trabalhadores e sindicatos representativos do sector, em absoluto desrespeito pela Constituição da República». O documento acentua que, «a curto prazo» essas medidas do Governo «arruinariam centenas e centenas de pequenas unidades comerciais» e que «a semana inglesa e o descanso ao domingo são conquistas irreversíveis». Mais: o trabalho naqueles dias cria dificuldades ao pequeno e médio comerciante, que «não pode aguentar a concorrência que lhes seria imposta pelas grandes cadeias comerciais».

PREVIDÊNCIA

Beneficiários afastados recuperam direitos

Foi publicado no «Diário da República», 1.ª série, de 4 de Dezembro último, o Decreto-Lei 839/76, que torna extensiva aos beneficiários das Caixas de Previdência afastados do exercício da sua actividade por motivos de ordem política, o reconhecimento do direito à contagem do tempo, a que tais impedimentos os forçaram, para efeitos de reforma por invalidez ou velhice.

Acontece, no entanto, que aquele decreto passou despercebido à maior parte dos interessados e que só um reduzido número de pessoas está a dar, neste momento preciso, os passos necessários para apresentar os seus requerimentos e os elementos de prova correspondente, por só agora, também, haverem tido conhecimento do decreto que os contempla.

Ora interessa atentar que o prazo fixado para apresentação dos requerimentos termina nos primeiros dias de Março, uma vez que no artigo 2.º do Decreto em questão se estabelece que o requerimento «deve ser dirigido, no prazo de noventa dias, a contar da entrada em vigor do presente diploma, à comissão instituída pelo Decreto 304-74, de 6 de Julho, cuja competência é por este meio, alargada à análise das situações referidas no artigo 1.º e cujo mandato se prolongará, para este efeito, até à instrução e julgamento final dos respectivos processos».

A dita comissão funciona no Palácio de S. Bento, na dependência directa da Presidência do Governo.

Agentes de viagem respondem a Soares

Para responder às considerações do Primeiro-Ministro sobre os problemas do sector, a Comissão Negociadora Sindical dos Trabalhadores das agências de viagem e turismo deram ontem uma conferência de Imprensa no Sindicato da Marinha Mercante Aeronavegação e Pescas.

A C. N. S. pronunciou-se contra a acusação do dr. Mário Soares ao pessoal das agências de viagem de crime de sabotagem económica, salientando que o Primeiro-Ministro ao fazer tal acusação se esquece de que o patronato se recusou sempre a negociar o C. C. T.

Os trabalhadores reafirmaram a sua intenção de suspender até ao próximo dia 8 as paralisações já anunciadas, prazo durante o qual o Governo se deverá pronunciar em relação aos problemas que afectam o sector e se prendem com a publicação da portaria de extensão do C. C. T. já negociado, ao sector privado. No dia 9, a C. N. S. promoverá um plenário em que os trabalhadores analisarão a situação e decidirão novas formas de luta se até essa data o problema não estiver resolvido.

SOLTAS

PANIFICAÇÃO

O Ministério do Trabalho confirmou oficialmente a publicação, no próximo número do *Boletim do Trabalho e Emprego*, da portaria de regulamentação do trabalho para a panificação.

APOIO AO COMÉRCIO

Os trabalhadores de seguros do Sul manifestaram, em assembleia geral realizada na passada terça-feira, a «sua total adesão aos princípios defendidos pelos trabalhadores do comércio e suas acções, na legítima defesa dos direitos inalienáveis conquistados através de dura luta sob e contra o regime fascista».

GUÉRIN

«Quererá o Governo cumprir a Constituição da República, entregando as empresas aos patrões reaccionários, premiando-os com decretos contra os trabalhadores?, perguntam os delegados sindicais e a comissão de trabalhadores da Sociedade Comercial Guérin, empresa intervencionada que o Ministério da Indústria decidiu entregar aos proprietários, responsabilizando os trabalhadores pela falência da firma no caso de não aceitarem tal decisão. A Guérin tem 1600 trabalhadores, que estão empenhados na defesa do direito ao trabalho e na reconversão da empresa. Recorde-se que, segundo um relatório do Ministério das Finanças de Setembro do ano passado, o patronato teve responsabilidades na sabotagem e nas fraudes verificadas na empresa, factores estes que levaram à intervenção do Estado, que agora cessa.

15 POR CENTO

..O decreto-lei que limitou os aumentos salariais a 15 por cento, de 12 de Fevereiro, mereceu o repúdio dos delegados sindicais dos trabalhadores da indústria e comércio farmacêuticos e das C. T.'s do sector, em recente assembleia. Na moção então aprovada exige-se a revogação daquele diploma, «bem como de todas as leis imperativas que restringem o direito de contratação colectiva», e censura-se o Governo «por mais esta medida anticonstitucional». Segundo se considerou, a lei em causa «tem por fim último o congelamento dos salários e da contratação colectiva», consagrando medidas restritivas que, já em 1973, o fascismo pretendeu aplicar.

F. D. T. DESMENTE «CARTA ABERTA»

..A Força Democrática do Trabalho (F. D. T.) desmentiu afirmações da Comissão de Redacção da «Carta Aberta», que atribuíam àquela organização a intenção de realizar um congresso visando a construção de uma segunda central sindical. Em comunicado que nos enviou, a F. D. T. considera tal afirmação «absolutamente falsa», por lhe atribuir intenções que esta diz não ter.

Nacional

SINES EM MARÉ DE PROTESTOS (1)

Um projecto da "outra — a defesa e o ataque

Nascido sob o signo do fascismo, adiado temporariamente mas não «mexido» mesmo no auge da «Revolução portuguesa», o projecto de Sines continua a ser uma ferida em aberto, ainda quando o Governo constitucional entende que o projecto de Sines é irreversível e economicamente viável para o nosso País.

Aliás, o termo «irreversível» foi utilizado pelo anterior ministro das Finanças, Salgado Zenha, quando em 15 de Janeiro do ano passado visitou o complexo de Sines onde aliás, pronunciaria palavras suficientemente esclarecedoras: de acordo com o nosso jornal (20/1/76), aquele ministro teria afirmado que se trata de «uma obra de fachada, nascida da mente dos ideólogos fascistas».

É quando dizemos uma ferida em aberto não temos intuitos polémicos, de ordem económica nomeadamente. O que nos move é a realidade local, quando a questão da habitação assume proporções dramáticas, a alta do custo de vida é preocupante, a direita procura assumir o comando de determinadas «operações» (Caso das expropriações que atingem muitos pequenos proprietários), a saúde é um problema por resolver e, entre outros pontos a ecologia é uma «ova».

É que em Sinesneste momento, por falta absoluta de habitações, um quarto já é alugado por quatro mil escudos; o preço da alimentação subiu de forma imparável, porque, como nos diz um construtor civil local, «mais ou menos, a maioria vive em belíssimas condições»; o porto pesqueiro foi assoreado, os pescadores «coçam a cabeça» quando se lhes fala de futuro, não sabem o que vai ser quando houver grandes petroleiros; os pequenos e médios expropriados movimentam-se e há quem diga, mesmo entre eles, que a Confederação dos Agricultores Portugueses está presente; fala-se de forma praticamente aberta de gastos perfeitamente excusados, de fuga de divisas; trabalhadores são despedidos, em consequência de legislação que lhes é contrária e para a qual não foram minimamente consultados.

É por isso que consideramos Sines uma ferida em aberto, por ao público ainda não terem sido minimamente clarificados todos os pontos que têm sido levantados, desde o tempo de Marcelo Caetano, quando as explosões faziam o pânico na área e levavam ao protesto mesmo os bem colocados da vila.

Quanto a nós, quando tantos protestos surgem, mesmo que orquestrados pela direita, é preciso tê-los em consideração. Ainda que interesses políticos poderosos (se levantem mais alto, porque isso já sucedeu quando foi aprovado o decreto, em 1971, que justificou a criação do Gabinete da Área de Sines e a nomeação do seu director até pouco depois do 25 de Abril, eng.º António Martins.

Retenhamos um exemplo: a anunciada construção da linha que trará de Moncorvo, pelo interior do País, o minério de ferro até Sines, onde se construirá uma siderurgia. Segundo uma nossa fonte, trata-se de mais uma «jogada» política, pois que já durante o V Governo a publicação dessa medida esteve iminente...

E, depois, como denuncia a União dos Sindicatos de Sines, a visita de Salgado Zenha a Sines dá-se poucos dias após ter visitado os Estados Unidos da América. Ora, de acordo com a visão que a URSS tem do projecto, aquele país e o bloco que encabeça, não estão tão divorciados do «parto» como isso...

Razões, portanto, para nos debruçarmos sobre o que é Sines, numa perspectiva que abarca as posições mais favoráveis e aquelas que lhes são hostis. E, essencialmente, os problemas sociais que o avanço das obras tem suscitado, desde a habitação até aos expropriados.

A DEFESA DE SINES

A irreversibilidade de Sines, quando a refinaria está quase pronta, quando o porto se aproxima da fase final de construção, quando toda a «praia de Vasco da Gama» começa a ficar negra, quando as auto-estradas penetram as areias da zona e tantas e tantas obras avançam e outras ficam paradas, pode ser (in)contestável.

Mas a sua defesa, quase como ela era feita de início, mantém-se. Desde as expropriações sistemáticas, processo que é contestado pelos pequenos proprietários da área e os põe a reboque de grandes interesses, até à «política do petróleo», tal como era encarada antes da última guerra no Médio Oriente e quando Cabinda era «terra» ao dispor dos interesses portugueses (leia-se multinacionais), muitas coisas se mantêm.

É certo que, como nos assinala um porta-voz do Gabinete da Área de Sines, aqueles que são expropriados não se encontram na rua, têm uma casa para habitar. Mas não é mentira que os operários não têm, nesse como noutros campos, as infra-estruturas necessárias para construir em Sines.

Vejamos, em resumo, a defesa de Sines, consubstanciada numa «nota oficiosa» publicada neste jornal, em 20 de Janeiro de 1976, na sequência da visita que Salgado Zenha, então ministro das Finanças, efectuou às obras em curso naquela vila alentejana, pouco depois de ter visitado a América.

Assim, nessa nota afirma-se no seu ponto 5 que «vale a pena o complexo de Sines». E, insistimos, esse documento é divulgado na sequência da visita que ali efectuou o ministro Salgado Zenha, quando ele considerou que se tratava de uma obra de fachada.

Nesse ponto afirma-se que «não se mede a rendabilidade de um empreendimento deste tipo, que representa uma parcela importante da nossa capacidade de poupança, apenas em termos materiais. Estando fora de dúvida a sua tendabilidade económica, importa referir que vai muito mais longe a sua importância em termos sociais, pelas condições abertas ao estabelcimento de um novo tipo de relações de produção».

Prosseguindo, nessa «nota oficiosa» afirma-se que é a primeira vez que se considera a qualidade de vida dos trabalhadores (por prever a habitação e a ausência de poluição do «habitat»), com rendas económicas. E diz-se: «Surpreendentemente verificou-se que, em termos de economia nacional, fazer melhor não sai mais caro, podendo com um planeamento e execução bem conduzidos, evitar inúmeros desperdícios».

QUANTO CUSTA SINES

De acordo com o documento a que nos referimos, «este empreendimento é a aposta do País no futuro, representando o arranque para uma verdadeira industrialização de base», o que constitui uma contradição com as palavras, proferidas no local, por Salgado Zenha.

Para isso investe-se nas unidades industriais já decididas qualquer coisa como 40 milhões de contos, a distribuir nos próximos seis ou sete anos; nanovacidade, com todas as infra-estruturas, cerca de 24 milhões de contos. Isto representava na altura entre 10 e 15 por cento dos nossos investimentos anuais durante aquele período.

Mas, o preço de Sines ficará por aqui? Os montantes reais dos investimentos serão estes, atendendo a todos os contratempos, à desvalorização da moeda entretanto posta em prática, etc.?

Vejamos o que se passa, por exemplo, com as expropriações: segundo nos afirma um técnico, a área de expropriação sistemática prevista no projecto inicial encontra-se ainda muito longe de estar livre para a execução de determinadas obras. Assim, de acordo com essa informação, já quase foram consumidas as verbas inicialmente previstas para pagamento de expropriações, quando não foram efectuadas mais de um terço delas.

As consequências, na prática, de todo este processo são o adiamento de determinadas obras que serão necessárias ao funcionamento «harmonioso» do conjunto, paragem de outros com pagamento a empreiteiros que assim ficam com as máquinas e os homens parados, continuação de grandes despesas em tribunais, uma vez que a maioria das expropriações se encontram em autêntico «ping-pong», de recurso em recurso.

Deste modo, é de prever que as verbas previstas sejam, na verdade, muito supriores.

O QUE É, A QUEM SERVE

Ainda segundo a «nota oficiosa» que temos vindo a referir, o complexo não pode definir-se «como uma realidade estática, precisamente porque se pretende que adquira dinâmica própria». Assim, «as suas linhas-mestras centram-se num núcleo concentrado de indústrias de base, servindo por porto de águas profundas e todas as restantes infra-estruturas necessárias».

Enumerando as unidades previstas: uma refinaria de petróleo, um complexo petroquímico, um complexo de aproveitamento integral de pirites, uma fábrica de cloro e soda cáustica e uma siderurgia. No desenvolvimento do conjunto, estão previstas unidades metalomecânicas, das quais faz parte a fábrica de vagões (Metalsines).

Ainda tomamos como ponto de partida a mesma «nota oficiosa»: «Os mais beneficiados com o complexo de Sines, agora que foi subtraído aos interesses dos capitais privados, são os seus próprios trabalhadores, aqueles que terão a responsabilidade de o fazer funcionar como motor de arranque da economia nacional em empregos estáveis e bem remunerados».

Nas previsões diz-se que 12 mil trabalhadores estarão ocupados no empreendimento durante os próximos seis anos, devendo os diversos projectos entrar em funcionamento de acordo com o seguinte calendário: o porto em Setembro/Outubro e a refinaria em Outubro/Dezembro do ano corrente; a petroquímica em fins de 1978; e a fábrica de cloro em princípios de 1979. Quanto, à siderurgia, ao ser decidida a sua implantação naquela área, ficou previsto que entraria em funcionamento em 1981.

A defesa de Sines, para além da refinaria e da petroquímica, apontada oficialmente pelos técnicos como indispensável às indústrias de base de que o País precisa é reforçada, na opinião dos mesmos, com o aproveitamento integral, que permitirá, das piritas alentejanas, agora do ferro das minas de Moncorvo e, para o fabrico de cloro, do sal gema existente em grandes quantidades no Algarve.

Mas não é tudo. Com a necessidade da sua defesa nasceu inclusivamente um novo termo: Europorto. Um jovem engenheiro que nos acompanhou numa rápida visita ao porto, em construção, defendeu o projecto com esse termo.

«Sines, onde se conseguem profundidades únicas na Europa, terá capacidade para receber petroleiros até um milhão de toneladas» — diz-nos o referido técnico.

«Ora», continuou ele, «o preço do petróleo depende não só do seu custo na origem por barril, mas também das despesas de transporte que serão tanto mais pequenas quanto maiores forem as unidades de transporte. Nessa ordem de ideias, nós teremos uma grande vantagem pois ficamos si-

Enquanto avança a construção do porto, que se aproxima já de ser extraída a pedra que

Os objectos que vemos nesta foto, chamados «dolos», foram especialmente concebidos para constituíram uma barreira de protecção ao porto de Sines, tendo por objectivo absorver energia das ondas

VIAGENS AVIBAR

CRUZEIRO DA PÁSCOA

MADEIRA

De 6 a 11 de Abril

Fretamento especial do N/M «FUNCHAL»

APROVEITANDO OS FERIADOS DA PASCOA

Vá connosco numa viagem inesquecível

A preços excepcionais

Desde ..... 4.480$00

Abertos à hora do almoço

Consulte-nos e peça-nos programa detalhado

AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR Av. Liberdade. 49 Barcelos Tel. 82923
TURALGARVE Praça da República, 98-100 Loulé Tels. 62143/4
EM LISBOA: TURALGARVE
RUA LUCIANO CORDEIRO, 6-C T. 538240-40008

Pub

A MARINA esteve, este ano, no Carnaval de Loulé participando no Corso e promovendo um convívio especial: os foliões puderam apreciar o gosto da cerveja e levar uma caneca (ou várias) para casa, por um processo bastante económico e saboroso. Na foto o carro alegórico da Marina

Rogério Vidigal (texto) José Tavares (fotos)

a senhora"

já da sua fase final, a terra vai sendo esventrada, no sentido e permitirá o «enrocamento»

Uma comparação

O jornal «O Diário» referiu na sua edição de 27 de Março de 1976, citando a revista «Petrole Informations», o que se passou com a refinaria de Newfoundland, na Terra Nova, que terá sido um fracasso, acumulando dívidas que ultrapassavam nessa altura os 300 milhões de dólares encontrando-se, portanto, à beira da falência.

Nesse artigo diz-se que segundo o relatório Taylor, «tudo indica que a Petrosul provavelmente, sobreestimou a procura de produtos refinados, no que respeita tanto a Portugal como um todo, como à refinaria de Sines em particular».

Comparando Newfoundland a Sines, afirma-se que a refinaria portuguesa terá uma capacidade dupla da primeira, custando 500 milhões de dólares contra os 200 que aquela custou. Mesmo assim, a construção da Newfoundland terá sido menos ilógica porque A«a Shahenmeteu-se na aventura ainda num período de euforia, de expansão económica». «Mas o projecto de Sines avança em plena crise mundial e com uma capacidade gigantesca.»

tuados na Europa, com óptima situação para todas as rotas, e podemos receber os grandes petroleiros» — prosseguia entusiasmado.

E aí nasce a ideia que os técnicos consideram óptima: alugar Sines para o «transhipment», ou seja, transbordo dos grandes petroleiros para unidades de menor tonelagem que tenham entrada nos vulgares portos europeus. Aliás, quando o projecto foi aprovado em 1971 incluia estudos nesse sentido e conclui-se que em muitos casos, de acordo com as origens e destinos, os consumidores de petróleo teriam vantagens económicas em utilizar o porto português.

Aliás, o ministro do Plano e Coordenação Económica, Sousa Gomes, referiria, no acto de posse do novo director do Gabinete da Área de Sines, que o local reunia as seguintes condições favoráveis; águas profundas em zona naturalmente abrigada; disponibilidade de vastas áreas de terrenos de reduzidas ocupação; elevado impacto socioeconómico numa zona tradicionalmente afastada do desenvolvimento industrial.

No mesmo discurso, disse Sousa Gomes: «O projecto de Sines será um dia julgado à luz da História. É-o já hoje face a critérios económicos e sociais, a ideia científica por um lado e face a critérios políticos, o projecto democrático que se constrói em Portugal».

Em Sines as críticas são diárias.

AO ATAQUE

Como já dissemos, as críticas ao projecto são diárias em Sines, partindo dos mais diversos sectores, desde os trabalhadores que se sentem ameaçados pelo desemprego, pela falta de habitaçã, pela falta de condições, até certos sectores conservadores que de facto não lucraram com a especulação que uma obra deste género poderia permitir e estimular tendo visto goradas determinadas esperanças que nasciam no início dos anos 70. Dir-nos-ia alguém, que eles pensaram que aquilo viria a ser um novo «Eldorado».

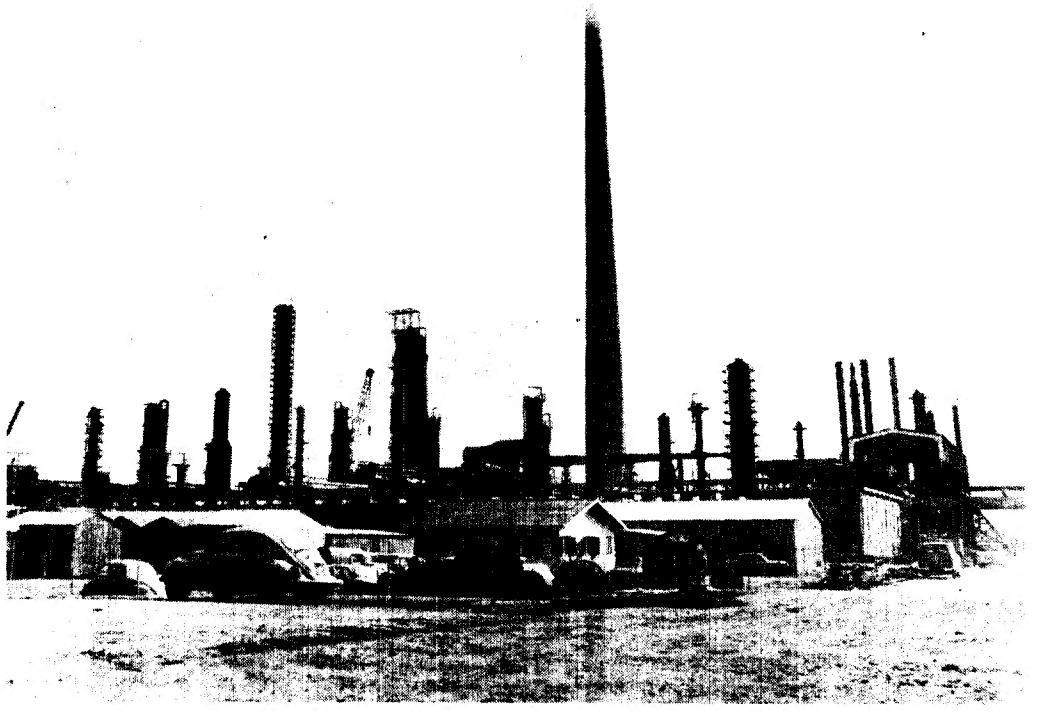
Concretamente os trabalhadores já se debruçaram com uma certa minúcia sobre a questão, através do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, que editou um folheto intitulado «A ofensiva do Capital na Área de Sines». Vejamos os argumentos que esta associação sindical adianta «contra Sines».

O projecto,de acordo com essa tomada de posição, teria nascido da última guerra israelo-árabe quando «os povos árabes passaram a utilizar a arma do petróleo como meio de pressão política a fim de impedir o imperialismo de novas tentativas contra o povo palestiniano e os povos árabes em geral».

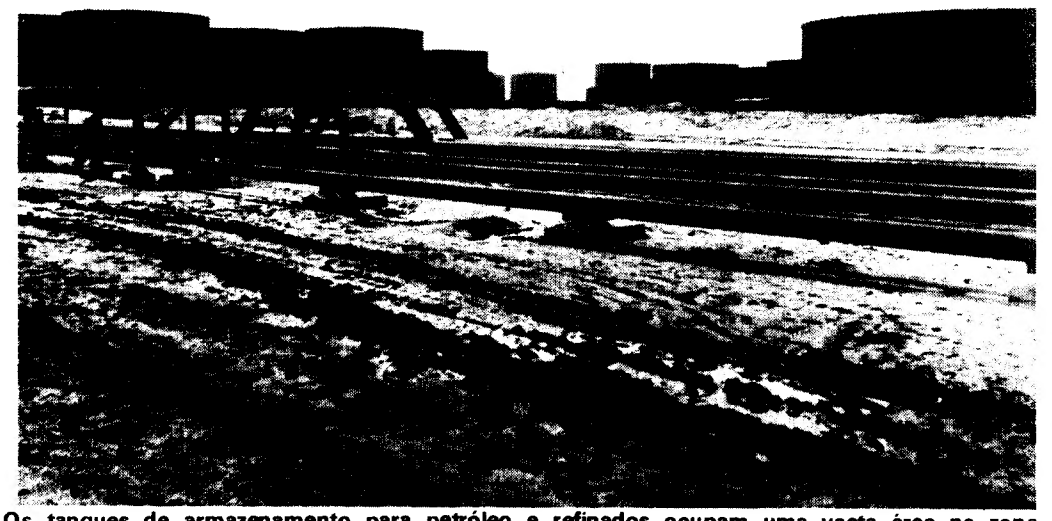
O termo «arma do petróleo» significaria o corte de petróleo aos países capitalistas, ao mesmo tempo que a «Gulf Oil Company» já desenvolvia esforços em Angola, onde viria a descobrir enormes reservas, como no caso de Cabinda. Mas subsistia um problema para utilizar este petróleo como substituto do árabe: a densidade do petróleo obtido na antiga colónia portuguesa. O facto obrigava, na altura, à refinação na Califórnia ou na Venezuela, onde existem instalações adequadas, mas o preço dos refinados ficariam à Europa por preços impossíveis de suportar.

A alternativa seria, de acordo com o documento a que nos referimos, «construir uma refinaria gigantesca que pudesse servir todas as necessidades de unergia dos países europeus, para prosseguir os planos belicistas do imperialismo americano».

Prossegue o documento: «Havia que construir a refinaria num país europeu, estreitamente dependente do imperialismo e que pela sua política repressiva face aos trabalhadores, pudesse assegurar baixos salários e uma elevada percentagem de lucro às multinacionais, envolvidas no projecto. Porque Angola era uma colónia portuguesa, porque se verificavam as despesas militares e o envolvimento da NATO na guerra colonial, porque a economia portuguesa estava



Esta é a porta propriamente de refinação, que tal como o resto da refinaria se encontra já em fase final, uma vez que o início do funcionamento se deverá verificar nos fins do ano corrente



Os tanques de armazenamento para petróleo e refinados ocupam uma vasta área na zona de Sines, dentro da refinaria. A foto dá uma pálida ideia da quantidade e da capacidade do conjunto

cada vez mais dependente das grandes multinacionais, por tudo isto, Portugal era o País que mais condições reunia para o lançamento do projecto».

--«No fundo, acrescenta-se no documento, a concepção da refinaria na fase final do reinado de Marcelo Caetano foi o preço exigido pelo imperialismo e pelas multinacionais, pelo apoio financeiro e político prestado ao regime».

Segundo esse raciocínio, a área abrangida, a capacidade de refinação e armazenamento, a deslocação de milhares de trabalhadores, as próprias infra-estruturas necessárias, excediam as nossas necessidades, constituindo uma obra antinacional e acarretando encargos enormes à economia nacional, de que seriam as primeiras vítimas as classes trabalhadoras.

COM O 25 DE ABRIL

Com o 25 de Abril, «os projectos do imperialismo» eram torpedeados, pela via de independência nacional e da descolonização. «Para o imperialismo tornava-se cada dia mais claro que somente o recuo do processo revolucionário poderia impedir a descolonização de Angola e de novo a vassalagem ao imperialismo, tanto mais que os sucessivos governos provisórios já estudavam as formas de conversão do projecto de Sines».

A reacção deu-se imediatamente no próprio local, onde foram feitas ameaças de encerramento das grandes empresas estrangeiras, se estagnou ou sabotou deliberadamente o andamento das obras, se empolaram salários para provocar aumentos generalizados o que levaria empresas com intervenção do Estado a uma situação deficitária. etc. Nessa altura, não havia controlo dos trabalhadores sobre a produção e a gestão...

Então surgiu a organização popular e dos trabalhadores, com eleição de comissões de trabalhadores, de moradores, etc. Foi feito o esclarecimento sobre o significado dos acontecimentos que se verificavam em Sines e «a unidade da classe trabalhadora e o fortalecimento dos seus sindicatos eram um obstáculo intransponível para o grande capital estrangeiro e para os seus agentes pseudo-revolucionários» refere o documento.

Em seguida, refere este relatório, elaborado pelos representantes dos trabalhadores, que em fins de 1975 se dá a viagem de Salgado Zenha aos Estados Unidos e dias depois a citada visita a Sines, onde o então ministro das Finanças proferiu as citadas afirmações. E, «uma semana depois da visita de Salgado Zenha, o embaixador americano Franck Carlucci assiste à assinatura de um acordo entre a Petrosul e a Eximbank, norte-americana, de 10 milhões de dólares a gastar em material daquela procedência». Entre outros que o precederam e se lhe seguiram.

PUB

temos que viver
com aquilo que temos

Estrangeiro

Poder popular institucionalizado na República Líbia Socialista

O poder popular directo foi proclamado solenemente na Líbia, pelo Congresso Popular Geral Extraordinário, reunido em 28 de Fevereiro a 2 de Março em Sabha, no sul da Líbia.

Este Congresso encerrou os seus trabalhos, na noite de quarta-feira, com a adopção de uma proclamação, lida na Rádio Líbia pelo comandante Jallud, primeiro-ministro, segundo a qual era instaurado o poder popular directo e suprimida a organização política em vigor.

O Congresso proclamou também que o nome oficial da Líbia passará a ser República Árabe Líbia Popular e Socialista.

O coronel Muamar El Kadhafi é nomeado secretário-geral do Congresso Popular Geral.

O Congresso decidiu também formar um Secretariado Geral, que inclui, para além de Kadhafi, quatro antigos membros do Conselho do Comando da Revolução: o comandante Abdesselam Jelloud, o major Abu Bakr Youness Jaber, o major Mustapha Kharroubi e o comandante Khouildi El'Hamidi.

Este Secretariado substitui o Conselho do Comando da Revolução.

Por outro lado, um Comité Popular Geral substitui o Conselho de Ministros. Os ministros passam a chamar-se secretários.

A proclamação do poder popular, que compreende quatro artigos, estipula nomeadamente que o Corão é «a lei da sociedade na República Árabe Líbia Popular e Socialista, que o poder popular directo é a base do regime político nesta República». Só o povo é o único detentor do Poder, declara. O povo assume este Poder, através dos Congressos Populares, dos Comités Populares, dos Sindicatos e das Organizações Profissionais e finalmente do Congresso Popular Geral.

A proclamação acrescenta que a defesa da pátria é da responsabilidade de todos os cidadãos e cidadãs e que, graças a uma preparação popular geral, o povo será treinado e armado para assumir esta defesa colectiva.

Cisão na Frente Rodesiana

. O primeiro-ministro Ian Smith enfrenta hoje o primeiro grande desafio à sua chefia de treze anos, frente ao Governo minoritário branco da Rodésia.

Membros direitistas do seu partido (Frente Rodesiana) parecem apostados em bloquear uma proposta de lei que assinala o primeiro passo nos planos do Governo para acabar com a maior parte da discriminação racial no território.

Se o conseguirem, a votação de hoje, após a segunda leitura da lei da emenda de posse de terras, Smith assistirá à primeira derrota do Governo no Parlamento desde que ocupou o poder em 1964.

De salientar que uma cisão sem precedentes divide a Frente Rodesiana. Efectivamente, dez dos 50 deputados abandonaram a discussão no Parlamento quando Ian propunha um plano que correspondesse às reivindicações das massas negras, plano esse que é um pouco a resposta às conversações de Genebra, onde os nacionalistas (nomeadamente Nkomo e Mugabe) não cedem quanto à constituição de um Governo de maioria, pertencendo no período de transição os postos da Defesa (Exército e Polícia) aos negros e não aos brancos.

Entretanto, Joshua Nkomo, em Moscovo, presidente da União do Povo Africano do Zimbabwe (ZAPU) e dirigente da Frente Patriótica, agradeceu à U.R.S.S. o interesse que aquele país tem demonstrado para com os problemas da Rodésia.

América Latina está sob o "multimilitarismo"

. Raimondo Ongaro, antigo presidente da C.G.T. da Argentina, disse em Estocolmo que a América Latina se encontra agora na última fase do capitalismo, o «multimilitarismo». Ongaro, que há dois anos vive exilado em Paris, considera que este multimilitarismo, criado pelas empresas multinacionais, sobretudo norte-americanas, torna de agora em diante impossível qualquer restauração de regimes burgueses nos países latino-americanos controlados por juntas militares.

Quanto à Argentina, Ongaro declarou que a opressão militar já fez mais de 15.000 vítimas durante os últimos dois anos. «Hoje, há um prisioneiro político em cada 1.000 habitantes. A cada hora são barbaramente torturadas duas pessoas e nos últimos dois anos foram mortos mais de 5.000 indivíduos».

Essas declarações do ex-dirigente da C.G.T. argentina são divulgadas no mesmo dia em que o ditador Videla, no poder desde o golpe de 24 de Março do ano passado, chega ao Peru, para uma visita oficial de 72 horas. Com outro militar presidente, o general Morales Bermudez, vai tratar de «fortalecer a tradicional amizade peruano-argentina e ampliar os campos de cooperação entre os dois países». Este encontro Videla-Bermudez vem na sequência de outros contactos entre generais que estão no poder na América Latina.

Entretanto, de acordo com dados da OEA (Organização dos Estados Americanos), a América Latina teve um défice de 1.067 milhões de dólares no seu comércio com os Estados Unidos, em 1976.

CIMEIRA AFRO-ÁRABE

Ministros dos Negócios Estrangeiros de mais de 60 países árabes e africanos (nos quais se incluem a maioria dos exportadores de petróleo e de matérias-primas existentes no Mundo) inauguram hoje no Cairo uma conferência de três dias, destinada a preparar uma cimeira afro-árabe, cujo objectivo consiste em cimentar uma poderosa aliança no seio do Terceiro Mundo.

Os ministros elaborarão a agenda para a cimeira da próxima segunda-feira, dia 7, da qual poderá sair a frente mais forte até hoje constituída pelos países em vias de desenvolvimento.

A agenda incluirá duas declarações — uma política e outra económica — que servirão de base à cooperação afro-árabe em vários campos. Contudo, há que sanar muitas divergências no interior de cada um dos blocos e entre os dois grupos. Por magros que venham a ser os resultados concretos desta cimeira, ela representará, no entanto, pelo simples facto de se realizar, um marco histórico na vida dos povos do Terceiro Mundo.

"Jornada Bikini" contra armas nucleares

A «jornada Bikini», realizada em várias cidades japonesas, foi marcada por um movimento maciço de protestos contra as armas nucleares.

No dia 1 de Março de 1954, o barco japonês «Fukuryo Maru-5» e a sua tripulação foram vítimas de um ensaio nuclear, efectuado pelos Estados Unidos no atol Bikini, no Pacífico. «As cinzas da morte» atingiram a tripulação e causaram a morte ao radiotelegrafista de bordo, Aikichi Kuboyama. Desde essa altura, as forças democráticas japonesas comemoram a «jornada Bikini» sob o signo de luta contra o armamento nuclear, pela sua proibição e pela paz no mundo.

Foi organizado um comício, com cerca de três mil participantes na cidade de Sijuoka, com a palavra de ordem «não permitamos que se repitam as tragédias de Hiroshima, Nagasaki e Bikini». Os manifestantes decidiram fazer no próximo ano, até a próxima «jornada Bikini» um «ano de acção pela liquidação das armas nucleares», e adoptaram um programa concreto no qual se prevê, nomeadamente, o lançamento de uma petição exigindo a conclusão de um tratado sobre a interdição das armas nucleares e a organização de grandes manifestações.

Terrorismo no Japão

Um grupo de sete homens e mulheres armados sequestraram no seu escritório em Tóquio, o director geral da câmara económica patronal do Japão (Keidanren), Tetsuya Senga, anunciou a polícia.

Por três vezes foram disparados tiros por este comando quando penetrou na sede da «Keidanren» no sétimo andar de um edifício de doze pisos, hoje segundo informações ainda não confirmadas.

Segundo a polícia, o grupo assaltante é membro da «Sociedade do Escudo» (Tateno-Kai) formada pelo romancista japonês da extrema-direita, Yukio Mishima que se matou fazendo «harakiri» em 1970.

Experiências da C.I.A. em presos hospitalizados

O director do Hospital Prisional de Vacaville, na Califórnia, disse na terça-feira que a C. I. A. patrocinou experiências de injecções do «soro da verdade» em doentes que lá estavam internados. Segundo documentos publicados recentemente pela própria Central Intelligence Agency — disse o dr. Lawrence Clanon — «as experiências foram efectuadas sob uma capa de 'investigações universitárias' durante 20 anos, entre 1953 e 1973».

O dr. Clanon, que assumiu as suas funções em 1973 esclareceu que várias experiências médicas foram organizadas no Hospital Prisional sobre voluntários, mas não indicou qual era a finalidade das experiências patrocinadas pela C. I. A.

Por outro lado, um problema de fundo racial foi ontem solucionado, quando a empresa «Cities Service Oil» concordou em pagar 1,75 milhões de dólares de indemnizações a 374 dos seus empregados, negros, que se tinham queixado de ser mais mal pagos e de terem menores possibilidades de promoção do que os seus colegas brancos. O acordo foi feito sem a intervenção dos tribunais e dele consta uma cláusula segundo a qual a companhia passará a efectuar uma série de programas destinados a permitirem o recrutamento preferencial de novos empregados entre as minorias, facilitando ainda a respectiva promoção profissional.

Recorde de greves na Grã-Bretanha

Segundo um relatório publicado pelo Ministério Britânico do Emprego, nunca houve na Grã-Bretanha tantas greves como em Janeiro de 1977. Ao todo foram perdidos 435 mil dias de trabalho devido às greves durante o citado mês, quando foram registados 235 conflitos laborais que redundaram em paralisação.

Enquanto isso, continua a «greve selvagem» no gigante da indústria automobilística britânica, a British Leyland, com 3000 ferramenteiros parados e ameaçar a gradual paralisação total da fábrica, com nenhum factor a indicar que os operários estejam dispostos a pôr um termo no seu movimento.

Por outro lado, o Governo trabalhista de James Callaghan permitiu ontem uma importante concessão à oposição conservadora, ao renunciar à nacionalização de 12 estaleiros de manutenção naval e de 3 centros de manutenção de aviões. Estes pontos eram importante parte integrante do projecto de lei sobre a nacionalização total de construção naval e da indústria aeronáutica, aprovado em Dezembro último.

Mais outro crime da direita na Etiopia

A direita etíope continua a sua obra de desestabilização e crime: mais um dirigente político (o «proletário» Kassahun Ambawi, como a TV lhe chamou) foi morto por desconhecidos em Awasa. Trata-se da sexta vítima oficial da vaga de assassinatos políticos que começou na Etiópia em 1 de Outubro do ano passado, com a morte, em pleno centro da capital, de Fire Merid, membro da comissão provisória da Organização de Massas.

Seguiram-se os seguintes: Gutnet Zwede, secretário do Ministério do Trabalho (8 de Novembro), Tsegaye Debalke, secretário da Juventude e dos Desportos (2 de Fevereiro), Theordoros Bekele, presidente da Confederação dos Sindicatos (25 de Fevereiro), Tensay Hagos, membro da comissão governamental para a Eritreia (28 de Fevereiro), e finalmente ontem Ambawi. Além disso numerosos responsáveis de bairro têm sido mortos desde as eleições que os escolheram em Novembro.

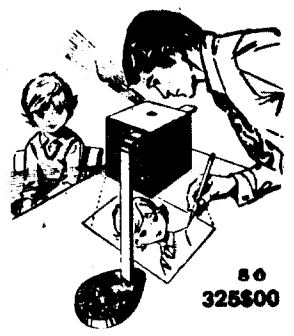
As autoridades consideram os maoístas do Partido Etíope Revolucionário do Povo responsáveis por estes homicídios.

Mas a maior ameaça que espreita agora a revolução etíope é a aliança dos «revolucionários» da Eritreia (distribuídos por duas organizações rivais) com os interesses americanos no Médio Oriente. O controlo do mar Vermelho é aspiração dos regimes direitistas árabes, capitaneados pela Arábia Saudita, e agora com o reforço da aliança egípcio-sudanesa-síria. Se esses países conseguirem dominar o mar Vermelho, a Etiópia fica sem saída para o mar, o que facilita o boicote à revolução. Círculos eritreios revelaram que vão começar a receber armas que aumentarão o seu poder de combate. É de prever a intensificação da luta, o que agravará extremamente as dificuldades da Etiópia.

Explosão em Moscovo

. Registou-se uma explosão seguida de incêndio, na noite de 4.ª para 5.ª feira em Moscovo, na zona da gare de Kiev. A explosão parece não ter provocado senão a destruição de um pequeno estabelecimento de venda de produtos alimentares, próximo da estação.

MAGIC ART
APARELHO DE DESENHO



SÓ 325$00

Agora TODO O MUNDO pode desenhar o que quiser e em tamanho desejado como um bom artista
PEDIDOS À COBRANÇA + 25$00 (portes)
A SEX-SHOP
Apartado 292 — PORTO

SUPER STARK
ANTENA TV ELECTRÓNICA
Só 250$00

Uma pequena maravilha que transforma a sua instalação eléctrica numa gigantesca rede que amplia o campo de recepção da TV e rádios com AM-FM.
PEDIDOS À COBRANÇA + 25$00 (portes)
A SEX-SHOP
Apartado 292 — PORTO

DEFENDA A SAÚDE
ALHO CRU EM CÁPSULAS
PEÇA NA SUA FARMÁCIA
GARGOLDEN
J. C. CRESPO, LDA. 193, Rua da Madalena 197 LISBOA
BARBOT COSTA Rua Fernandes Tomás, 749 PORTO

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Televisão

Canal da Crítica

Por MARIO CASTRIM

CABAZ POBRE, DEMAGOGIA RICA

A língua portuguesa foi desde sempre um dos mais fortes cimentos da nossa nacionalidade. Defendê-la, na medida das nossas forças, é defender a independência nacional. Diga-se isto assim mesmo, sem medo de cair na hipérbole.

A Televisão portuguesa é uma aula diária de mal falar o português. O pobre sofre tratos de polé. Estamos a cair na desorientação, para só falarmos na pronúncia. Com mil diabos!, contratam-se brigadas de segurança de tanta coisa e não há um corpo (ou um corpinho) de estudiosos de português que dê lições periodicamente aos profissionais lá do Lumiar?

Aparece o Durão a não saber o plural de «troço» e portanto a ensinar mal milhões de pessoas. Aparece um licenciado, o dr. António Barreto, a dizer «novecentas gramas», como qualquer caixeirinho que os azares da vida não deixaram ir à escola.

Para só falar de ontem, e não é tudo. A Televisão desinforma, deseduca e ainda por cima fala mal. Oh sorte!

ASSIM NÃO SE VAI LÁ

Além do futebol, a rubrica de maior interesse julgar-se-ia (e deveria) ser aquela dedicada ao **cabaz de compras**, assim chamado por constituir **«um conjunto restrito de produtos»**. Isto, é bem de ver, na óptica mefistofélica e algo nervosa do já citado dr. Barreto. Como se vê, definir é fácil. Facilérrimo.

A intervenção do dr. Barreto cifrou-se em mais um fracasso, a demonstrar a impossibilidade de defender o indefensável. Os políticos afundados numa perspectiva capitalista da sociedade acabam por se enrodilhar na trama das contradições com as quais se automanietam. Depois procuram a safa na inflação das confusões, das insinuações e nos protestos das «boas» intenções na demagogia que tresanda à légua.

Mas não é assim que se vai lá.

NÃO HÁ HIPÓTESE

Vejamos um exemplo.

Barreto opina que **«sem** estatizar totalmente **a economia, não é possível controlar totalmente a produção e os circuitos de comercialização»**.

Ficamos pois a saber que a única solução capaz é **estatizar totalmente a economia**. Mas...

Mas **«este governo não tem opção nenhuma para estatizar completamente a economia. O Estado entende que a responsabilidade de cada um deve ser um dos critérios importantes da nossa actividade»**.

Portanto, o Estado (entre outras pela voz do dr. Barreto) fez **vários apelos à colaboração**. Mas os comerciantes estiveram-se nas tintas. Barreto diz **com solenidade e amargura**: apesar de todos os apelos, **«ainda há fraudes, especulação indevida, açambarcamentos, desvios de subsídios»**.

Imaginem só! O Governo e o dr. Barreto tão cheios de boas intenções e vai os comerciantes, aqueles ingratos!, zás: respondem assim.

Ah, mas não pensem que brincam impunemente! Vão ser criados organismos de fiscalização, organismos expeditos! Vai haver mais agentes. Multas, prisão — papões, sei lá. Para tudo dizer: a repressão.

Claro, o dr. Barreto é capaz de ser tão bestialmente inculto que não veja a incomodidade e a improficuidade da repressão quando a organização social não está de acordo com os interesses reais da comunidade. No capitalismo a «repressão» gera o suborno, os desvios, a corrupção — enfim, tudo o que for necessário para preservar o mito de uma repressão sem armas. No regime capitalista a única repressão sem aspas é aquela que se manifesta contra os trabalhadores, os pequenos comerciantes e os pequenos industriais.

Porque em qualquer circunstância, os passarões voam alto e fora do alcance das balas...

Quer dizer: sem a organização socialista da economia, não há hipótese. Todos os Barretos deste mundo mais não podem fazer do que brincar ao faz-de-conta.

Brincadeirinhas que nos saem caras.

DEMAGOGIA

Sabemos alguns portugueses das tropelias do dr. António Barreto nos domínios da Reforma Agrária. Sabemos alguns, e não todos, porque a Televisão faz descer sobre o assunto uma parede de silêncio. Fossem os repórteres do Telejornal por essas herdades, por essas cooperativas, por esses «montes» e nós todos saberíamos o conceito em que a pessoa do dr. Barreto é tida entre os trabalhadores rurais. Fossem os repórteres por essas terras exploradas do Norte e ficariam a saber que imagem tem o dr. Barreto junto dos pequenos agricultores e rendeiros.

Causa vómitos, depois disto, ouvir este cavalheiro dizer que **«não se brinque com o pão do povo...»**

A ele, a ele e ao Portas e a um Governo que, para mal da nossa democracia, se afasta cada vez mais dos trabalhadores, a esses é que os trabalhadores do pão têm legitimidade para gritar «que não se brinque com o pão do povo».

Acabem lá com essas demagogias, meus senhores. Isso p'ra cá já não pega. As cabazadas de demagogia desembocam sempre na ridícula magreza destes cabazes...

Hoje

Elton John que hoje actua em Ligeiríssimo

I PROGRAMA

1.º Período

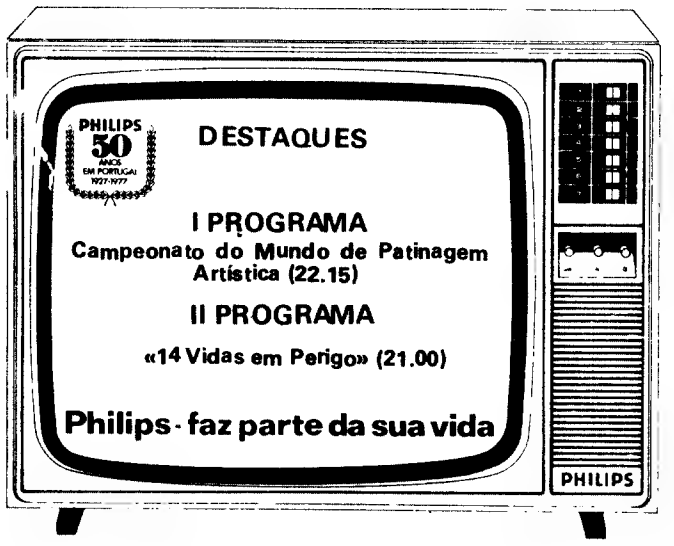
13.30 **Ciclo Preparatório TV**
18.05 Fecho

2.º Período

18.32 Abertura e **O Palhaço Ferdinand**
19.02 **Faz de Conta** — programa gravado na Escola António Nobre em Matosinhos.
19.30 **«As Viagens de Gulliver»** — 5.º episódio: «A Água Proíbida».
19.55 **Cientificamente**
20.30 **Telejornal** — 1.ª edição
21.00 **O Homem e a Terra** — as lagoas de Dainiel.
21.40 **Ligeiríssimo** — Richie Family, Elton John, Queen, dr. Feel Good, Gemini e António Calvário. Apresentação de Pedro Castelo. Produção de Fernando Penalva.
22.15 **Eurovisão** — Campeonato do Mundo de Patinagem Artística.
23.15 **Telejornal** — 2.ª edição
23.30 Fecho

II PROGRAMA

20.30 **Telejornal**
21.00 **«14 Vidas em Perigo»** — intérpretes: Bela Barsi, Bertalan Solti, Laszló Banhidy e Lajos Rajczj. Realização: Zoltan Fábry.
22.45 Fecho



Amanhã

I PROGRAMA

1.º Período — **13.30**: Ciclo Preparatório TV; **18.05**: Fecho. **2.º Período** — **18.30**: Abertura e O Rouxinol; **19.00**: Abre-te Sésamo; **19.30**: Tropicália; **20.00**: Momento Desportivo; **20.30**: Telejornal — 1.ª edição; **21.05**: Momento Político — programa da Secretaria de Estado da Comunicação Social; **21.25**: Melomania; **21.55**: «Eduardo VII» — 9.º episódio; **23.00**: Telejornal 2.ª edição; **23.15**: Fecho.

II PROGRAMA

20.30: Telejornal; **21.00**: «Banyon» — policial — 6.º episódio: «O Clarinete Clay»; **22.00**: Campeonato do Mundo de Patinagem Artística; **23.30**: Fecho.

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE LISBOA

Sede: Av. da República, 27-2.º — Telef. 57 40 73 — LISBOA —

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais, pertencentes a este Sindicato, para reuniões a efectuar nos dias 4, 11 e 18 de Março do corrente ano, (sextas-feiras), pelas 21 horas, na nossa Sede, sita na Av. da República, 31, em Lisboa, com as seguintes

ORDENS DE TRABALHO:

Dia 4/3/77

1.º — Projecto de Lei 39/1 — Quotização Sindical;
2.º — a) — Proposta de Lei 41 — Convenção 87 O. I. T.
b) — Proposta de Lei 42/1 — Convenção da O. I. T., n.º 11

Dia 11/3/77

1.º — Projecto de Lei 30/1 — Contratação Colectiva
2.º — Proposta de Lei 43/1 — Comissões de Trabalhadores e respectivos direitos.

Dia 18/3/77

1.º — Projecto de Lei 20/1 — Horário de Trabalho
2.º — Projecto de Lei 37/1 — Revogação do Dec.-Lei 864/76

Lisboa, 24 de Fevereiro de 1977

A DIRECÇÃO

UNIVERSAL

AMANHÃ ESTREIA às 15, 17, 19, 21 e 23 h

CHACAL DE NAHUELTORO

DE MIGUEL LITTIN

UM FILME CHILENO DE MIGUEL LITTIN, O REALIZADOR DE «A TERRA PROMETIDA»

PRECISA-SE

Farmacêutica/o permanente para farmácia perto de Ovar, informa Drogaria Granado — Porto.

NÃO SÃO SALDOS

SÃO VENDAS A PREÇOS DE OCASIÃO

Rádios c/ reprodutor e GIRA-DISCOS, de sala, a preços sensacionais
Rádios e Wisks de todas as marcas a preços de sensação
FERREIRA ALVES & ALVES
Praça da Figueira, 11-3.º-Dt.º — Lisboa

PARA REPARAÇÃO DO SEU **TV**

SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RÁDIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786 - 834271

Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 8

SEXTA-FEIRA, 4
SÁBADO, 5
e DOMINO, 6
Às 21 e 30
(3 ÚNICAS NOITE

TEATRO ABERTO
P.ça de ESPANHA (metro PALHAVÃ) telef. 77 C 69

grupo 4 apresenta

«COMO O SR. MOKIMPÓTE SE LIBERTOU DOS SEUS TORMENTOS»

de PETER WEISS; versão de ARY DOS SANTOS; encenação de RUI MENDES

E AINDA

PAULO DE CARVALHO, FERNANDO TORDO, ARY DOS SANTOS, JOAQUIM PESSOA e «OS AMIGOS»

Sábado e Domingo
Às 16 horas
«VIV'Ó PARQUE INFANTIL»
e JOSÉ BARATA MOURA

FERNANDO TORDO

B. BERLIN ZIRKUS Circo sobre gelo

Bilheteiras ABEP Praça dos Restauradores — No CIRCO a bilheteira abre às 10 h. da manhã

Instalado no Parque de Jogos do Hóquei Clube de Portugal (ao fundo da Av. do Brasil) Tel. 804545

4 ÚLTIMOS DIAS
— HOJE —
«MATINÉE» às 16 horas
NOITE, às 21.30 horas

ATENÇÃO CRIANÇAS
SÁBADO e DOMINGO
às 14.30 e 17.30 horas
4 ÚLTIMAS
MATINÉES INFANTIS

VIAGENS AVIBAR

MARAVILHOSO CRUZEIRO À MADEIRA

De 21 a 25 de Abril

Fretamento especial do N/M «FUNCHAL» Aproveitando o Feriado de Abril, vá connosco numa viagem inesquecível. A preços excepcionais.

DESDE ..... 3.950$00

Abertos à hora do almoço

Consulte-nos e peça-nos programa detalhado

AGÊNCIA DE VIAGENS AVIBAR Av. Liberdade, 49 _ Barcelos _ Tel. 82923
TURALGARVE _ Praça da República, 98-100 _ Loulé _ Tels. 62143/4
EM LISBOA TURALGARVE
RUA LUCIANO CORDEIRO, 6-C _ T. 538240-40008

Desporto

RALLYE DE PORTUGAL

Abandonos em série

Um elevado número de desistências caracterizou a primeira etapa do Rallye de Portugal que ontem começou a ser disputado por 101 dos 117 concorrentes inscritos. Ao princípio da manhã de hoje, já só restavam em prova 61 equipas. Dessa extensa lista de desistentes faziam parte primeiros planos, como Roger Clark, Hannu Mikkola e Robert Neyret, além dos portugueses, Francisco Romãozinho, Mário Silva, Santinho Mendes e outros menos conhecidos.

Esta primeira parte da prova seria caracterizada por um ligeiro domínio da Fiat, através de Bachelli e Markku Allen que chegaram à neutralização da Figueira da Foz nas duas primeiras posições, seguidos de Mikkola (Toyota), e Wardegaard (Ford). Mêquêpê e Romãozinho, respectivamente em 10.º e 11.º eram os melhores portugueses.

Foram os seguintes os resultados das classificativas oficialmente conhecidos esta manhã:

1.ª - Lagoa Azul 1: 1 Bachelli (Fiat), 2.26, 2. Allen (Fiat), 2.27; 3. Andruet (Fiat), 2.29. **2.ª - Peninha 1**: 1. Bachelli 4.02; 2. Allen (Fiat), 4.08; 3. Andruet, 4.09. **3.ª Montejunto**: 1. Mikkola (Toyota), 5.12; 2. Vatanen (Ford), 5.16; 3. Waldegaard (Ford), 5.17. **4.ª - S. Pedro de Muel**: 1. Andruet, 3.46; 2. Allen, 3.48; 3. Verini, 3.53. **5.ª Figueira da Foz**: 1. Andruet, 4.35; 2. Allen 4.53; 3. Verini, 4.59. **6.ª Relvas-Lousã**: 1. Vatanen, 16.30; 2. Bachelli, 16.41; 3. Mikkola, 16.46. **7.ª - Candosa**: 1. Bachelli, 5.18; 2. Mikkola, 5.21; 3. Andersson, 5.22. **8.ª - Buçaco**: 1. Vatanen, 10.38; 2. Bachelli, 10.52; 3. Waldegaard, 10.54. **9.ª - Caramulo**: 1. Waldegaard, 5.55; 2 Vatanen. 6.01; 3. Bachelli, 6.08. **10.ª Ladário**: 1. Vatanen, 7.30; 2. Waldegaard, 7.33; 4. Andersson, 7.35. **11.ª Viseu 1**: 1. Waldegaard, 5.54; 2. Vatanen, 5.54; 3. Bachelli, 5.52. **12.ª - Lapa 1**: 1. Vatanen, 4.33; 2. Bachelli, 4.39; 3. Allen, 4.44. **13.ª Armamar 1**: 1. Vatanen, 8.17; 2. Waldegaard, 8.23; 3. Bachelli, 8.26.

Um dos «finlandeses voadores» ainda em prova: Vaatanen

LÁ FORA

AGOSTINHO

A «Volta ao Levante» anda na estrada: Agostinho mantém-se em 3.º lugar (a 5 segundos do «leader», Cima). O homem de Brejenjas foi, ontem, 9.º na chegada a Benicassim pontuando em 4.º posto na escala que abriu a contagem para o «Prémio da Montanha».

CORDOBÉS

O ex-matador de toiros Manuel Benitez («El Cordobés») firmou contrato com a equipa de futebol da União Desportiva Constantina, da 2.ª divisão regional, mas, em vez de cobrar honorários, pagou cinco mil pesetas. «El Cordobés» pôs duas condições: jogar apenas 15 minutos no primeiro encontro e que o clube lhe de umas botas novas.

POLITICA

Raymond Kopa (antigo «internacional» francês de futebol) e Louison Bobet (ex-ciclista campeão mundial e vencedor do «Tour» de França) vão concorrer às eleições municipais franceses de 13 de Mraço.

Kopa está incluído numa lista da maioria em Angers e Bobet apresenta-se em Quiberon, numa lista «para renovação e o futuro».

SOBREVIVER NO CAIS ERA DURO
MAS BRONSON ERA MAIS DURO AINDA!

Uma Produção de Lawrence Gordon

Charles Bronson
James Coburn

o Lutador da Rua

Jill Ireland Strother Martin

Guion de Walter Hill Bryan Gindoff y Bruce Henstell/Argumento de Bryan Gindoff y Bruce Henstell
Música de Barry de Vorzon/Panavision/Producida por Lawrence Gordon/Dirigida por Walter Hill
Production Services by Claridge Associates/Persky Bright THE STREETFIGHTER

Hoje, às 21.15 ESTREIA MONUMENTAL

Não Aconselhável a Menores de 13 Anos

DOPERFILME

quartet

6.ª SEMANA

A VELHA SENHORA INDIGNA

la vieille damme indigne

um filme de
RENE ALLIO
baseado na novela de
BERTOLT BRECHT
com música de
JEAN FERRAT
interpretado por
SYLVIE

QUANDO A LIBERDADE SE CONQUISTA AOS 60 ANOS

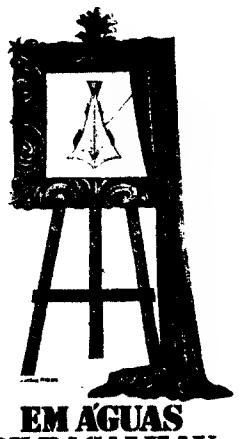
NAO ACONSELHÁVEL A MENORES DE 13 ANOS

TEATRO/Tel. 366745

ABC

Não acons. a menores de 18 anos

SÉRGIO AZEVEDO
apresenta
DENTRO DE HORAS
A SUPER REVISTA



EM ÁGUAS DE BACALHAU

COM
FLORBELA
NICOLAU
OCTÁVIO DE MATOS
VERA MÓNICA
SIMONE
VICTOR MENDES
NUNO EMANUEL
NINA FLORES
Ballet ABC Dancer's

UM GRANDE ACONTECIMENTO ARTÍSTICO

BILHETES À VENDA

Vá ao TEATRO ● Hoje e todas as noites 2 - SESSÕES - 2 Às 20.30 e 22.45 h. Aos domingos «MATINÉES» Às 16 horas ● ÀS 2.as FEIRAS DESCANSO ●

MARIA VITÓRIA

Ver a Sensacional PEURALIREVISTA O BOMBO DA FESTA! M/18 anos UM GRANDE ÊXITO

SALVADOR e IVONE SILVA
HENRIQUE SANTANA
LYGIA TELLES
CARLOS GONÇALVES
HERMAN JOSÉ
IGOR SAMPAIO

Desporto

Benfiquista Alhinho na prateleira

Cerca de 200 nomes estão patentes na lista de castigos aplicada ontem pelo Conselho de Disciplina: avultam os 3 jogos de suspensão ao benfiquista Alhinho («agressão a um adversário»), um encontro de forçada paragem a outros futebolistas (o belenense Luís Horta, o académico Costa, o portimonense Sério e o leixonense Zezé) e as advertências a Rogerio (Académico) e Chico (Braga).

Também diversos clubes foram «tocados»: Alverca, Torriense, Estrela de Portalegre e Montijo repreendidos por isto ou aquilo, Tirsense, Olhanense e Mogadourense, multados em 4 contos, Farense, Esperança «delapidados» em mil escudos, Paredes e Vilamoura com menos 500 escudos nos cofres, 1750 escudos a menos no Silves, dois jogos de interdição do recinto do Esperança e preventiva suspensão de futebol oficial no rectângulo do Cucujães. Um fartote!

JORDÃO

Assinala-se o interesse em torno do regresso de Jordão ao futebol português: depois do Benfica, também o Sporting parece surgir na corrida para o concurso do angolano que não triunfou em Espanha.

SPORTING

O brasileiro Clésio, que esteve por cá uns meses por conta do Sporting, volta amanhã para a terra natal, dispensado e com «carta» na mão. Entretanto, certa efervescência em Alvalade: a direcção **verde-branca** reúne-se com os jogadores (que mantêm a confiança no preparador britânico), ao mesmo tempo que Keita (**curado e sem qualquer sinal de lesão**, segundo o Departamento Médico) continua sem trabalhar no activo, Manuel Fernandes vê agravada a sua lesão numa virilha e José Mendes prossegue os treinos a meio tom.

«TAÇA»

Dois jogos de desempate para a «Taça de Portugal» estão marcados para hoje: Vitória-Arrifanense (em Setúbal, às 21 horas) e Almada-Nacional (no Pragal, pelas 21 e 30).

VETERANOS

Sábado, no campo do Boa Hora, conclui-se o «Torneio de Veteranos» que, dinamizado pela acção de Correia Dias, juntou equipas com nomes que foram delícia de muitas juventudes. Pelas 15 horas, haverá um confronto entre o Atlético e o Oriental para, 60 minutos depois, ter lugar a final Benfica-Belenenses. Na eventualidade será homenageado Manuel Pereira, antigo jogador do União. Para a festa o convite é vasto: **gostaríamos de ver lá todos os juvenis dos clubes lisboetas** __ declara-nos Correia Dias cheio de esperança.

Quaresma continua de pé

Quaresma, que tinha por si larguíssimo sector da massa associativa belenense e todos os companheiros de profissão, obrigou a directiva do seu clube de sempre a emendar a mão e a «arquivar um processo» em que o «capitão» dos «azuis» era mal-ferido por uma atitude de discriminatória e intempestiva de mentores da colectividade de Belém, porventura afastados do verdadeiro conceito de democracia e (sobretudo) desfazados do tempo em que vivemos.

Das 21 de ontem até à uma hora de hoje houve, no Restelo, uma reunião entre futebolistas e dirigentes: no final de laboriosas conversações veio a lume o comunicado seguinte:

«A Direcção do Clube de Futebol «Os Belenenses» e os profissionais de futebol do clube, reunidos em 2-3-77, para ultrapassarem os problemas gerados em torno de afirmações que apareceram em alguns órgãos de Comunicação Social, referentes à vida interna do clube, acordaram o seguinte:

«1 __ Algumas das declarações do futebolista Quaresma, feitas em representação da equipa à Imprensa, tomaram um empolamento que transformou um simples mal-entendido num litígio frontal entre a Direcção e os profissionais do futebol de «Os Belenenses»

«2 __ O jogador e «capitão» da equipa Quaresma assevera que não foi sua intenção pôr em causa a integridade moral de qualquer membro da Direcção.

«3 __ A Direcção do clube, após a referida reunião e tendo em conta os anos de bons serviços do seu jogador Quaresma, resolveu arquivar o processo em questão.»

Todavia, há actos que merecem citação extra: um outro anterior comunicado vindo dos jogadores não recebeu beneplácito directico e, de fonte fidedigna, soube-se que algumas centenas de associados do Beleneses estariam dispostos a boicotar o jogo com o Boavista (no sábado) caso Alfredo Quaresma volta ao trabalho. de qualquer procedimento disciplinar e alinhasse já frente aos «axadrezados». Quer dizer: associados e jogadores, unidos, venceram. Quarems volta ao trabalho. A direcção considera que tudo foi um mal-entendido: a opinião pública terá outra ideia...

N. de S.

Bayern tropeça no Dynamo de Kiev

Resultados dos encontros da primeira «mão» dos quartos de final das três competições europeias:

«Taça dos Campeões»: Bayern de Munique, 1-Dynamo de Kiev, 0; Borussia Moenchengladbach, 2-Bruges (Bélgica), 2; F.C. Zurique, 2-Dynamo Dresden (RDA), 1; St. Etienne, 1-Liverpool, 0.

«Taça dos Vencedores das Taças»: Slask Wroclaw (Polónia), 0-Nápoles, 0; MTK Budapeste, 1-Hamburgo SV, 1; Levski Spartak (Bulgária), 2-Atlético de Madrid, 1; Anderlecht (Bruxelas), 2-Southampton, 0.

«Taça UEFA» F.C. Magdburgo (RDA), 1-Juventus de Turim, 3; Queen's Park Rangers, 3-AEK (Atenas), 0; Atlético de Bilbau, 2-Barcelona, 1; Feyenoord (Roterdão), 0-RWD Molenbeek (Bélgica), 0.

Como se nota, há uma belíssima preponderância do futebol belga, num posto que está na razao directa de recentes êxitos de clubes, como foi o caso do Anderlecht, que ostenta a «Taça das Taças» e marcha em boa posição para revalidar a posse do troféu.

Para os portugueses havia especial curiosidade no Bayern-Dynamo de Kiev: arbitrava António Garrido (auxiliado por Ismael Baltasar e César Correia). A direcção do nosso juiz foi impecável, cimentando (uma vez mais) o seu prestígio e o bom nome de árbitros portugueses sempre que são chamados aos altos cotejos.

As equipas alinharam:

Bayern: Maier; Andersson, Gruber, Schwarzenbeck; (Weiss) Beckenbauer; Roth (Oenal), Rummenigge e Torstensson; Kuenkel, Hoenesse e Kappellmann.

Dynamo: Rudakev; Konkev, Matvienko, Fomenko e Reshk; Troshkin (Mutjan), Suyev e Slobodian; Buryak, Bereshnei e Blochin.

O golo foi obra de Kuenkel.

Enchente total no Estádio Olímpico de Munique. Chuva e alegria. Toda muito prudente das duas turmas, com os soviéticos a mostrarem grande apuro físico mas quase nula versatilidade nos esquemas e os germânicos em «forma» imperfeita, longe da temporada anterior.

Exibições destacadas de Beckenbauer e Blochin, Rudakev e Toth. Jogo viril mas nada maldoso, com uma correcção exemplar. O Dynamo muito aguerrido mas frágil em imaginativa, o Bayem a marchar até à URSS com um magro saldo no bornal. Fruto (afinal) de um **passa, repassa, faz que chuta e não anda**. Muitos toques na bola e nada de atirar às malhas. Uma incógnita para a 2.ª mão, este duelo Dynamo-Bayern.

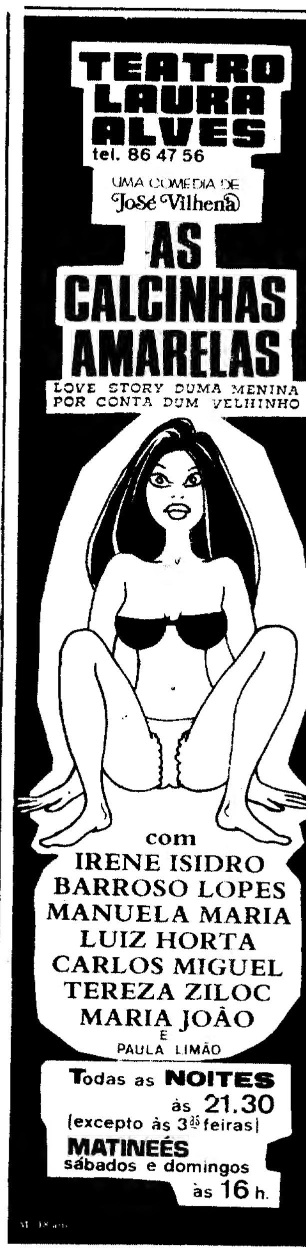
PORTUGAL

BADMINTON

Registaram-se 1445 inscrições para os diversos campeonatos nacionais de badminton. Ainda desta modalidade: acaba de ser editado o boletim Badminton», coordenado por Adelino de Magalhães, que terá uma periocidade de quatro em quatro meses e preço avulso de 7$50.

HÓQUEI PATINADO

No torneio de hóquei patinado que está a decorrer no Estoril, mais um confronto: Salesiana, 13-Açores, 3. Hoje, tem lugar a final: Sporting-Oeiras, no pavilhão da Salesiana, pelas 21 e 45.



ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 27, DE 6 DE MARÇO DE 1977

Auto-Rádio __ 1xx 11x 11x 1121; Boletim Desportivo __ x11 1xx 222 1212; Cavalgada do Ritmo __ 111 1x2 112 x1x1; O Distrito de Setúbal __ x11 122 112 2xxx; Rádio Totobola __ x11 1x2 1x1 x111; O Comércio de Leixões __ 111 112 1xx x121; O Concelho de Estarreja __ 111 122 1xx x12x; Correio dos Açores __ x11 1x2 112 x11x; Correio de Coimbra __ 111 1x2 11x 11x1; Objectivo __ x11 x12 x12 x12x; Pajú Desportivo __ 212 1x2 1xx 1211; Pajú Informativo __ 11x 1xx 1x2 21x1; Correio do Vouga __ 11x 1x2 11x 1111; Diário de Coimbra __ 112 1x2 11x x111; Diário de Lisboa __ x11 xx2 xx2 xxxx; Ecos de Cacia __ 111 112 11x x111; Estrela da Manhã __ 111 112 111 1111; Estúdio 64 __ 111 1xx 1x2 1x11; Eu Sei Tudo __ x11 1x2 11x 2x11; Jornal de Gaia __ 111 xx2 11x 1111; Folha do Domingo __ 111 1x2 11x x11x; Gazeta das Caldas __ x11 112 112 2x11; Jornal da Beira __ 111 122 11x x11x; O Jornal de Felgueiras __ 11x 1x2 11x x111; Jornal da Lixa __ 111 x12 1xx x1x1; Jornal de Sintra __ 111 112 11x 21xx; Jornal do Sul __ 111 112 111 11x1; Linhas de Elvas __ 111 112 111 111x; Litoral __ x11 1x1 11x 112x; Manchete Desportiva __ 111 121 1x1 1111; Maria da Fonte __ 111 1x2 11x xxx1; Miscelânea Musical __ 21x 1x2 122 xx1x; Montra do Êxito __ 111 112 211 1x11; Mundo Desportivo __ 111 1x2 11x x1x1; Música e Desporto __ 111 1x2 x1x 1111; O Norte Desportivo __ x11 1x2 1x2 21x1; Notícias de Évora __ 111 1x2 1xx 11x1; Notícias da Felgueira __ x11 1x2 11x xx11; Notícias de Gouveia __ 2xx 2x2 11x 1221; Notícias das Caldas __ 21x 122 1x2 x12x; Penalti __ 111 1x2 11x 1111; Placard Desportivo __ x11 1xx 111 x21x; Presença Coimbrã __ x1x 122 11x 111x; Programa da Manhã __ 1x1 122 1xx 1211; Programa Sem Nome __ 111 1x2 11x x221; Quadrante Desportivo __ 111 11x 1x2 x1x1; Quadrante Norte __ 11x x12 x12 1x1x; Rádio Altitude __ 111 112 1x1 2x11; Panorama __ 111 122 11x x1xx; Rádio Placard __ 111 111 111 1111; Rádio Sports __ 111 112 112 2111; Reconquista __ 111 112 111 x1x1; Renovação __ 21x 1x2 1x2 1121; Repórter do Dia __ 111 1x2 122 1x11; Resenha Desportiva __ x11 11x 11x 21xx; Encontro Musical __ 111 11x 11x 1111; Só-Rádio __ 1x2 x11 122 xx11; Dimensão 3 __ xx2 12x 2xx 221x; Primeiro Andamento __ 11x 1xx 11x x211; RDP __ Desporto __ 111 1x2 112 21x1; A Voz das Beiras __ 111 12x 11x 1211; A Voz do Domingo __ 111 112 11x x111; Voz de Lamego __ 111 1x2 1xx 1121; A Voz de Palmela __ 111 1x2 11x 22x1; Alvo Desportivo __ 111 xx1 1x2 1112; Defesa de Espinho __ x1x 12x 12x 1x11; Jornal da Graça __ 111 112 11x 1x11; Jornal de Notícias __ x1x 112 1x1 x1x1; O Primeiro de Janeiro __ 11x 1xx 112 x121; Rádio Alvo __ x1x 11x 112 111x; A Voz dos Ridículos __ 1x2 x2x xx2 x2x1

16ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	RESUMO X	RESUMO 2	BOLAS (a) 1	BOLAS (a) X	BOLAS (a) 2
1. BELENENSES - BOAVISTA	48	18	5	8	3	1
2. BENFICA - SETÚBAL	65	6	0	11	1	1
3. GUIMARAES - ACADÉMICO	51	15	5	8	3	1
4. PORTIMONENSE - ESTORIL	62	8	1	10	1	[illegible]
5. LEIXOES - BRAGA	24	35	12	4	[illegible]	2
6. BEIRA-MAR - SPORTING	5	15	51	1	3	[illegible]
7. MONTIJO - ATLÉTICO	63	5	3	10	[illegible]	1
8. FAMALICAO - ESPINHO	45	21	5	7	1	
9. GIL VICENTE - P.FERREIRA	11	37	23	2	6	4
10. RÉGUA - FAFE	29	29	13	5	3	2
11. MARINHENSE - PORTALEGRENSE	45	15	11	7	3	2
12. UNIAO COIMBRA - FEIRENSE	40	20	11	7	3	2
13. VASCO DA GAMA - CUF	50	19	2	8	[illegible]	1

a) Nos termos do Artº. 13º. do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

111 1X2 11X 1ouX111

Geral

Moradores do Porto querem ser ouvidos sobre atribuição de casas

PORTO, 3 — A forma como foram distribuídas recentemente as casas que vagaram nos bairros de Francos e Outeiro foi motivo de um protesto enviado à Câmara Municipal pela Comissão Central dos Bairros Camarários que considera o facto «um atentado a uma das mais importantes conquistas das comissões de moradores». Do protesto foi dado conhecimento durante uma conferência de Imprensa na qual foi vincada esta exigência: «que as comissões de moradores dos bairros sejam ouvidas em tudo o que respeite aos moradores dos bairros camarários, em particular no que respeita à atribuição de casas».

No protesto enviado ao presidente da Câmara é recordado que «no tempo do fascismo as casas dos bairros eram atribuídas por completo ou à custa de dinheiro, situação esta que se alterou após o 25 de Abril com a luta desenvolvida pelos moradores organizados».

«Não poderemos admitir que a teimosia saudosista de certos elementos da Câmara volte a dominar» — salientou um dos presentes que considerou a atitude da Câmara «mais uma forma de tentar destruir as comissões de moradores.»

Relativamente ao caderno reivindicativo apresentado em Abril do ano passado, foi afirmado que «nem sequer uma palavra foi dada pela Câmara». Naquele documento em que são reivindicadas várias obras de beneficiação, os bairros são considerados «o espelho vivo do sistema capitalista, os quais mostram bem qual é o seu desprezo pelas classes trabalhadoras».

Família de retornados não foi despejada

Não foi despejada, mas impedida de reocupar em plena tarde a casa que lhe fora cedida temporariamente a título gracioso, a família de retornados, da qual faz parte uma criança de 13 meses, que para não dormir ao relento há duas semanas acabou por ser recolhida por pessoas amigas.

Como noticiámos no passado dia 23, a família, composta pela criança e os pais, António Tavares e Maria Manuela Tavares vivia no rés-do-chão do n.º 288 da Rua de Campolide, de que é inquilina a ajudante de enfermagem Laura Brites que, para facilitar a reintegração do casal e da criança, e até por se tratar de pessoas que lhe são ligadas por parentesco, lhes cedeu as divisões da sua casa por prazo mais ou menos determinado, indo vivar para casa da sua filha e genro, no Dafundo.

Os meses passaram (recorde-se que o casal chegou de Luanda em Outubro de 1975), a inquilina do prédio pretendeu voltar e António Tavares não encontrou casa para onde pudesse transferir-se. Entretanto, Laura Brites terá também receado, com toda a demora por parte da família de retornados em encontrar casa, que a situação se prolongasse e recorreu ao 3.º Bairro Administrativo no propósito de os desalojar pela lei.

A via não se tornou fácil e imediata pois que a família de retornados, ante a perspectiva de ficar sem uma casa que de facto não lhes pertencia, contestou a acção da verdadeira inquilina, ao que parece para protelar um desfecho que, mais cedo ou mais tarde, se concretizaria. Mas há duas semanas, adiantando-se aos tribunais, a inquilina e o genro encarregaram-se de apressar a resolução do diferendo, tendo-se para o efeito deslocado ao rés-do-chão do n.º 288 da Rua de Campolide e mudado a fechadura, a meio da tarde.

Nas conversações que depois se travaram, e nas quais participaram elementos da Comissão de Moradores, da Junta de Freguesia, da P. S. P. da zona e um advogado, ficou acordado entre a inquilina e António Tavares um prazo, que expira em 9 do corrente, para que a família de retornados retire entretanto todos os haveres que ali deixou. Não é portanto verdade que a inquilina tenha impedido a família de retornados de recuperar todos os seus objectos.

Menor desaparecido

Desapareceu da residência de seus pais o menor de 12 anos José Luís Cardoso de Matos, que sofre de perturbações mentais, e à data do desaparecimento vestia camisola verde de gola alta e calças azuis escuras, e calçava sapatos de ténis pretos.

Qqualquer informação sobre o seu paradeiro pode ser dada para a P.S.P. ou para a Rua Correia Garção, 9-4.º Esq.º, Lisboa.

BARES · BOITES
RESTAURANTES
TIPICAS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease sousse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945

NOTARIADO PORTUGUES

CARTÓRIO NOTARIAL DE MAFRA A CARGO DA LICENCIADA EM DIREITO MARIA JOSÉ PIMENTEL

Certifico para efeitos de publicação que no dia 18 do corrente mês, de fls. 87 v.º, a fls. 89, do livro A 99, para «escrituras diversas», deste Cartório, foi lavrada uma escritura de Justificação Notarial, na qual Francisco Lourenço, solteiro, maior, residente no lugar de Santa Eulália, freguesia de Santo Estêvão das Galés, deste concelho, justificou que, com exclusão de outrém, é dono e legítimo possuidor do seguinte imóvel: Prédio rústico composto de cultura arvense, e duas oliveiras, prado natural, com a área de 3062 m2, denominado «Juncal», sito no indicado lugar de Santa Eulália, que confronta do norte com Petronilha Maria, do sul com Bernardino Baptista, do nascente com José Domingues e do poente com José Lourenço; inscrito, na respectiva matriz cadastral, sob o artigo 227-Secção D, com o rendimento colectável de 27$00, de que resulta o valor matricial e atribuído de 540$00. Que o referido prédio encontra-se omisso, na competente Conservatória do Registo Predial e, conquanto não haja documento que permita fazer a prova do direito de propriedade, nem registo do respectivo título ou de mera posse, a verdade é que o justificante Francisco Lourenço possui o referido imóvel — há mais de 30 anos — com exclusão de outrém e de boa-fé, pelo que o adquiriu por usucapião. É Certidão Narrativa Parcial que fiz extrair, a qual vai conforme o original quanto à parte transcrita e, certifico que na parte omitida da referida escritura, nada há em contrário ou além do que fiz transcrever.

Mafra, 18 de Fevereiro de 1977.

O Ajudante,
Maria Manuela Beirão Clímaco Delgado

ATRELADOS — TENDA

- **TRÓIA 2001**
  ÚNICOS NO MERCADO
  Revolução no tempo de montagem
- **MIRA 2000**
  ALTA QUALIDADE DE MATERIAL

ATRELADOS MODELO **SAROVIL**
PARA CARGA E CAÇA

Em exposição na
LUARCAMPO
Praça Gonçalo Trancoso, 2-B
(Ao Bairro de São Miguel) **Telefone 76 68 31**

CASA DOS PNEUS DOS ANJOS
VENDAS E ASSISTÊNCIA
PNEUS Nacionais e Estrangeiros
EQUILIBRAGEM de rodas electrónica
ALINHAMENTO de direcções
Rua Antero de Quental, 17-A/B — Telefone 55 73 76
— LISBOA - 1 —

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS EXTREMAS

ANADIA
Máxima 22,5°
PENHAS DA SAÚDE
Mínima 3°

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu geralmente pouco nublado e vento fraco.

TEMPERATURAS DO AR
09.00 H.

PORTO	14°
COIMBRA	12°
P. DOURADAS	12°
PORTALEGRE	17°
LISBOA	13°
FARO	
FUNCHAL	20°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
1.32	3,7 m	7.12	1,2 m
13.55	3,7 m	19.24	1,1 m
Dia 4			
2.12	3,9 m	7.51	1,0 m
14.34	3,9 m	20.04	0,9 m
Dia 5			
2.50	4,1 m	8.29	0,8 m
15.11	4,0 m	20.42	0,7 m

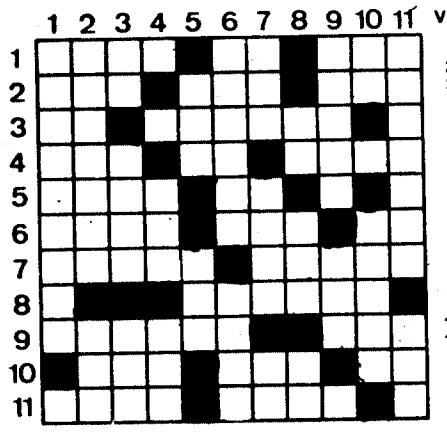
AMANHÃ
NASCER ÀS 7.05
OCASO AS 18.33

DIA 5 | DIA 12 | DIA 19 | DIA 27

Palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

PROBLEMA N.º 11687



HORIZONTAIS:

1 Antigo instrumento de suplício, em forma de X. Basta. Duna na Suécia.
2 Ruim. Medida de superfície. Filha de Labão, esposa de Jacob.
3 Antes de Cristo. Arrecada.
4 Capitão (abrev). Vi. Passadas.
5 Pedras de altar. Antes do meio-dia. Artigo definido.
6 Invulgar. Chiste. Pronome pessoal.
7 Rio de França. Pequenos barcos de recreio.
8 Agravar.
9 Superior em qualidade. Vã.
10 Esteiro. Suspiros. Prefixo de privação.
11 Garra de algumas aves (pl). Antiga veste larga e com abas e fraldão.

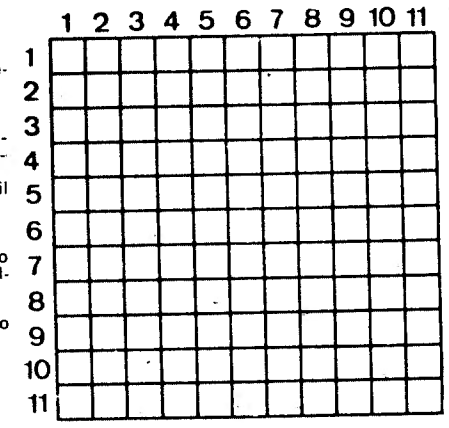
VERTICAIS:

1 Fariam massagem em.
2 Arrancaras. Época.
3 Plutónio (s.q). Preposição. Atilho.
4 Ribeira do distrito de Portalegre. Tens.
5 Nome de planeta (inv). Mulher chinesa da classe baixa.
6 Atraizoavas. Tempo do verbo ir.
7 Prefixo que designa ar. Nome de mês. Seguia.
8 Quinhentos e um em romano. Pátria. Nota musical.
9 Que tem asas. Tanto.
10 Nesse lugar. Compra.
11 Brotasses. Deus supremo da mitologia assírio-babilónica.

Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7747



HORIZONTAIS:

1 Ave doméstica do Peru. Gemer.
2 Passadas. Elevado.
3 Antiga Abissínia. Distar.
4 Larva das feridas dos animais. á em socorro de alguém.
5 O mesmo que pence. Brasil (abrev).
6 Grama. Nesse lugar.
7 Paragens. Cério (s.q).
8 Apelido. Falda. Dás aviso de alguma coisa em voz alta.
9 Lavrar. Afiançam.
10 Emparelho. Freguesia do concelho de Penafiel.
11 Vão para fora. Ciúmes.

VERTICAIS:

1 Nota musical. Corcovo. Tempo do verbo sair.
2 Está unido por aderência. Folha de videira.
3 Região meridional do ex-Congo. Estime.
4 Agarrei. Vaguearam.
5 Alternativa. Prefixo que designa afastamento.
6 Utensílio doméstico (inv). Cidade de Espanha.
7 Combinaria.
8 Uma das ilhas Jónias. Ente.
9 Preposição e artigo definido. Emprega. Que obriga a grandes despesas.
10 Idem. Leitos.
11 Alfaias.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11686

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 LÁGRIMAS. Le.	1 Lã. ABRANDAM.
2 Ata. Diz Mal.	2 Atar. Am. Olá.
3 Asso. Ar. Va.	3 Gastaram Cl.
4 Artes. Regos.	4 Sé. Araras.
5 Ob. Irú.	5 Idoso. Ar.
6 Rara. Rama.	6 Mi. Brancas.
7 Amarrara. Pê.	7 Azar. Ar.
8 Má. Id.	8 Reimas. Mi.
9 Do. Raça.	9 Grã. Ser.
10 Alçara. Mela.	10 Lavou. Piela.
11 Mais. Saíras.	11 Elas. PEDRAS.

Provérvio: LÁGRIMAS ABRANDAM PEDRAS

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7746

HORIZONTAIS	VERTICAIS
1 Samorim. Aca.	1 Sopras. Gata.
2 Orava. Apraz	2 Arais. Mamam.
3 Pará. It. Li.	3 Marã. Pá. Ara.
4 Ria. Tratava.	4 Ova. Rolaras.
5 As. Réu.	5 Rã. Ter. Ne.
6 Por. Sás.	6 Irú. Vis.
7 Mal. Ver. Cs.	7 Mata. Sés. Gr.
8 Ga. Anis. Mat.	8 Tear. Sr.
9 Amares. Sair.	9 Ar. Maus.
10 Tara. Grudo	10 Calvo. Caído.
11 Amassar. Sós.	11 Azia. Astros.

farmácias de serviço

LISBOA

ASCENSO — P.ª Norte, 11-A (B.º Encarnação). Telf. 311216-310172.
BAIRRÃO — Rua Prior do Crato, 25. Telf. 661321.
BENFILUZ — Estrada Benfica, 444-A. Telf. 782606.
CARDEIRA — Av. Duque de Ávila, 32-C Telf. 43495.
CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Telf. 842518.
CONCEIÇÃO — C.ª D. Gastão, 30-32. Telf. 381279.
DOURO — Alam. Linhas de Torres, 93-A-B. Telf. 791131.
ESTEFÂNIA — R. Pascoal de Melo, 90. Telf. 44438.
GALÉNICA — Rua das Pretas, 12-14. Telf. 322588.
GOMES, SUCR. — Rua Junqueira, 326. Telf. 638193.
LUSA — Av. Almirante Reis, 199-A. Telf. 41269.
MARCOS DO NASCIMENTO — C. Marquês de Abrantes, 36-A. Telf. 664238.
MARLUZ — C.ª da Picheleira, 140-B-C. Telfs. 720703-728395.
NOVA — R. de Campolide, 297-C. Telf. 687475.
OLIVAIS — Rua Alves Gouveia, 19. Telf. 311237.
PINHARANDA — Rua da Rosa, 94-96. Telf. 321534.
PINHEIRO — Rua Campo de Ourique, 131-133. Telf. 686640.
RIO DE JANEIRO — Av. Rio de Janeiro, 4-C. Telf. 721409.
RONIL — Rua Rodrigo da Fonseca, 153. Telf. 683438.
SÁ DA BANDEIRA — Rua M. Sá da Bandeira, 36-42. Telf. 54672.
SANTO ANTÓNIO — Rua Leite Vasconcelos, 72-C. Telf. 862333.
SANTA MÁRIA — Av. 5 de Outubro, 283-A Telf. 763016.
SILVACARVALHO — R. dos Fanqueiros, 126. Telf. 873875.
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Telf. 790969.
SOARES — Av. Álvares Cabral, 1. Telf. 684282.
UMÃO — Rua Saraiva de Carvalho, 145-F. Telf. 663643.
VERA CRUZ — P.ª Afr. Peixoto, 2-B. Telf. 724941.

Permanente

BENFILUZ — Estr.ª de Benfica, 444-A. Telf. 782606.
GALÉNICA — Rua das Pretas, 12-14. Telf. 322588.
LUSA — Av. Almirante Reis, 199-A. Telf. 41269.
MARCOS DO NASCIMENTO — Calçada Marquês de Abrantes, 36-A. Telf. 664238.
OLIVAIS — Rua Alves Gouveia, 19. Telf. 311237.
PINHEIRO — Rua Campo de Ourique, 131-133. Telf. 686640.
CARDEIRA — Av. Duque de Ávila, 32-C. Telf. 43495.
CARRONDO — Rua Padre Sena de Freitas, 10-A. Telf. 842518.
VERA CRUZ — Pr. Afrânio Peixoto, 2-B. Telf. 724941.
S. BARTOLOMEU — V.ª Paulo Jorge, 1. Telf. 790969.
GOMES, SUCR. — R. da Junqueira, 326. Telf. 638193.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Granjo, 2 (T.2113161)
ALCABIDECHE
Carvalho. Até às 21 horas
PORTO SALVO
Ferreira Bastos. Até às 21 horas
PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonneville Franco (T.2435147). Até às 24 e das 0 às 9 horas
OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva Couceiro (T.2430485). Até às 22 horas
NOVA OEIRAS
Leal. Até às 21 horas
CARCAVELOS
Central. Até às 24 e das 0 às 9 horas
S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira, Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 21 horas
PAREDE
Aisir, Av. Gago Coutinho, B. das Caixas de Previdência (T.2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas; Junqueiro Mendes. Até às 21 horas
S. JOÃO DO ESTORIL
S. João, Quinta da Carreira (T.2472278). Até às 24 e das 0 às 9 horas
MURTAL
Primavera
AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas
CASCAIS
Misericórdia, r. Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 21 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T.282407). Até às 24 e das 0 às 9 horas

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T.930019). Serviço permanente; Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485). Até às 22 horas; Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149). Até às 22 horas
DA MAIA
Confiança, E. Militar, lote D (T.9710231)
QUELUZ
André, Av. Elias Garcia, 151 (T.950043)
CACÉM
Central, R. Elias Garcia, 55 (T.2940034)
MEM MARTINS
Quimia, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012)
RIO DE MOURO
Roimouro, Av. Ódcar Monteiro Torres, 8 (T.2960194)
S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)
MERCÊS
Clarro Russo
COLARES
Abreja (T.299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. António dos Santos Jorge, 15 (T.234100)
ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa, 8 (T.204250)
ALMADA
Castro Rodriques, R. Capitão Leitão, 21-A (T.2750076)
BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional, 244-A (T.2040141)
BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207)
COVA DA PIEDADE
Rainha Santa, E. das Barrocas, 50-A (T.2494182)
MOITA
Silva Rocha, P. da República, 16 (T.239029)
MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T.2310032)
SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 21 (T.2233028)
SETÚBAL
Oliveira, L. da Misericórdia (T.22488); Louro, R. Frei António Chagas (T.24491)
SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (T.2218560)

PORTO

MARTINS — Praça Marquês de Pombal, 122. Telf. 480747.
POMBEIRO — Campo Mártires da Pátria, 152. Telf. 311295.
PRELADO — Rua Central de Francos, 316. Telf. 64312.
S. ROQUE DA LAMEIRA — Rua S. Roque da Lameira, 1111. Telf. 51739.
SÁ DA BANDEIRA — Rua Sá da Bandeira, 236. Telf. 22104.
FERREIRA DA SILVA — Rua Mártires da Liberdade, 150. Telf. 24023.
S. LÁZARO — Av. Rodrigues da Silva, 297. Telf. 27043.
MELO TAVEIRA — Rua Alcaide Faria, 77.
AMEAL — Rua do Ameal, 1227. Telf. 483550.
CAMPO ALEGRE — Rua do Campo Alegre, 723. Telf. 62245.
PENINSULAR — Rua Chã, 100. Telf. 20707.

COIMBRA

SILVA SOARES — Rua Mouzinho de Albuquerque, 26. Telf. 71454.
SITÁLIA — Largo da Sé Velha, 13. Telf. 23234.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MARIA VITÓRIA
20.30, 22.45 (18 anos)
«O Bombo da Festa»
ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A Paródia»
CIRCO SOBRE O GELO
21.30 (6 anos)
Campo do H.C.P.
Av. Brasil
CASA DA COMÉDIA
21.45 (13 anos)
«O Equívoco»
VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Isto é que Dói»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«As Calcinhas Amarelas»
MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Encoberto»

LISBOA/Cinemas

SATÉLITE
21.15 (18 anos)
«Lucky Lady»
PARIS
21.15 (18 anos)
«Flic Story»
OLÍMPIA
Sessões permanentes (18 anos)
«Em Carne Viva»
CAPITÓLIO
21.15 (18 anos)
«Coxas Quentes»
CINEARTE
21.15 (18 anos)
«A Violência do Leopardo»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«As Memórias Íntimas de Miss Aggie»
JARDIM
21.00 (18 anos)
«Casamento de Padre»
RESTELO
21.15 (13 anos)
«E Tudo o Vento Levou»
VOX
21.15 (10 anos)
«Cantinflas Pepe»
EUROPA
21.15 (18 anos)
«Medo Sobre a Cidade»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«À Volta cá te Espero»
CALEIDOSCÓPIO
21.30 (18 anos)
«Os Homens do Presidente»
CINE AUDITÓRIO
21.15 (14 anos)
«O Cavaleiro da Máscara de Ferro»
LUMIAR
21.15 (18 anos)
«O Oportunista»
ROYAL
21.15 (18 anos)
«Fogo Real»
MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»

LINHA DE SINTRA

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (13 anos)
«Madly, a outra Mulher»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (13 anos)
«Vitória em Entebbe»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Pompeia, uma Prostituta ao Serviço do Império»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (14 anos)
«Isabel a Duquesa do Diabo»
LARANJEIRO
Instrução e Recreio
21.15 (18 anos)
«A Rapariga da Orquídea»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (18 anos)
«A Casa do Pecado»
CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Mr. Bronson, Mr. Majestik»
CASCAIS
Oxford
16, 21.15 (18 anos)
«O Padrinho de Hong-Kong»

PORTO/Teatros

COLISEU
21.30 (6 anos)
«O Circo de Moscovo»
SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

PORTO/Cinemas

SALÃO BEBÉ
21.15 (13 anos)
«A Flauta Mágica»
OLÍMPIA
21.15 (18 anos)
«Justine e Juliette»
BATALHA
21.15 (13 anos)
«O Lutador da Rua»
ESTÚDIO
21.15 (6 anos)
«O Peito ou a Perna»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«Perfume de Mulher»
VALE FORMOSO
21.15 (13 anos)
«Afeição»
ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»
CARLOS ALBERTO
21.15 (13 anos)
«A Guerra Acabou»
S. João
21.00 (18 anos)
«As Aventuras de um Motorista de Táxi»
ESTÚDIO 400
21.15 (18 anos)
«A Principal Testemunha»
JÚLIO DINIS
17.45 e 21.00 (18 anos)
«Loucura Sexual»
TRINDADE
21.30 (18 anos)
«Voando Sobre um Ninho de Cucos»
PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Flic Story»
RIVOLI
21.15 (18 anos)
«É Preciso Viver Perigosamente»

COIMBRA

S. TEOTÓNIO
21.15 (6 anos)
Recital de Canto e Piano
AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Milão Escaldante»
TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Mandigo»

cinemas • cinemas • cinemas

ALVALADE
Tel. 897 480 15.30, 18.30 e 21.15
Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni
DIVINA CRIATURA
Um filme de Giuseppe P. Griffi
Não acons. a men. de 18 anos

APOLO 70
Tel. 763319 14.15, 17.45 e 21.15
Ryan O'Neal, Marisa Berenson em
BARRY LYNDON
um filme de Stanley Kubrick
Não acons. men. 11 anos
Hoje às 00.30 Grupo D (18 anos)
ROMEU E JULIETA

AVIS
Tel. 47163 15.30, 18.30 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
NO CALOR DE JÚLIA
4.ª semana
Este filme contém cenas eventualmente chocantes

BERNA
Tel. 776095 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
Ellen Burstyn, Kris Kristofferson em
ALICE JÁ NÃO MORA AQUI
Um filme de Martin Scorsese

CASINO ESTORIL
Tel. 264521 17 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
AS AVENTURAS DE UM MOTORISTA DE TÁXI

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093
Robert Redford, Dustin Hoffman em
OS HOMENS DO PRESIDENTE
Um filme de Alan J. Pakula
6.ª Semana
Não acons. a men. de 13 anos

CASTIL
Tel. 630194 15, 17.19 e 21.15
(Int. m/18 a.)
TRIÂNGULO ERÓTICO
Uma Mulher voluvel entre o amor e o prazer...

CONDES
Tel. 322523 14.16.30, 19 e 21.15
Não acons. menores de 13 anos
A missão impossível
O RAID RELÂMPAGO DOS COMANDOS
Com Charles Bronson

EDEN
Te. 320768 14,16.30,19 e 21.15
Alberto Sordi, Adriano Celentano, Mariangela Melato
DE QUE SIGNO É?
Não acons. a men. 18 anos

ESTÚDIO
Tel. 535134 Às 21.15h
Catherine Deneuve/Jean-Louis Trintignant
A AGRESSÃO
(L'agression)

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 14.30, 16.45, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
UM CORPO NO TERRAÇO
Um filme de mistério e fantasia

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 15.15, 18.30 e 21.15
Romy Schneider (prémio de interpretação)
Fabio Testi em
O IMPORTANTE É AMAR
(L'important c'est d'aimer)
Colorido
Um filme de Andrzej Znlawski
Interdito a menores de 18 anos

LONDRES
Tel. 801313 14.00, 16.30, 19 e 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
OH! MEUS AMIGOS
9.ª Semana
Pietro Fermi

MUNDIAL
Tel. 538743 15.00, 18.15, 21.30
Não acons. men. 18 anos
A obra prima de Bernardo Bertolucci
1900 — 2.ª parte

STADIUM
Algés Tel. 2112544 18 e 21.30h
Às 21.30 estreia
MONSIEUR VERDOUX
(Guarda de crianças durante as sessões)

NIMAS
Tel. 574362 14.15 16.30 18.45 e 21.15
Não acons. a men. 18 anos
O OUTRO
Um filme de Robert Mulligan
Sábado e domingo às 11h.
BRANCA DE NEVE E OS SETE ANÕES

ODEON
Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.10
Int. a men. de 18 anos
ADOLESCÊNCIA PERVERTIDA
Contém cenas event. chocantes
3.ª Semana

PATHÉ
Tel. 821933 14.15, 16.30 18.45 21.45
Não acons. a menores de 18 anos
A PROFESSORA DE CIÊNCIAS NATURAIS
c/ Hilli Casati, Michele Gammino

POLITEAMA
Tel 32380514 14.15, 16.30 19 e 21.30
Int. a men. 18 anos
AS DESCARADAS
2.ª semana

RESTELO
Tel. 610375 21.15
Não acons. a menores de 13 anos
E TUDO O VENTO LEVOU

ROMA
Tel. 727778 15.30, 18.30, 21.15
CRIADO DE CONFIANÇA
Não acons. a menores de 18 anos
uma comédia com Lando Bazzanca
3.ª Semana

ROXY
Tel. 48560 14.16.30,18.45 e 21.15
A linguagem do amor e a sua interpretação
LIBERDADE PARA AMAR
Um filme de Harold Phupp
Não acons. a menores de 18 anos

S. JORGE
Tel. 554153/4 15, 18.15 e 21.30
4.ª semana
Não acons. a men. de 18 anos
«1900» — 1.ª PARTE
Atenção: A 2.ª parte de «1900» Está em exibição no CinemaMundial

TIVOLI
Tel. 570 595 15,15,18.30 e 21.15
Laura Antonelli, Terence Stamp, Marcello Mastroianni
DIVINA CRIATURA
Um filme de Giuseppe P. Griffi
Não acons. a men. de 18 anos

UNIVERSAL
Tel. 774402 15.00, 19.00, 21.00
Não acons. a menores de 13 anos
DEUS, PÁTRIA, AUTORIDADE
Um filme de Rui Simões
Às 17 e 23 h O ANO 01 um filme de Jacques Doillon, Alain Resnais e Jean Rouch

D. JOÃO V O AMADA
971794 Às 21.15
Grupo D. M. 18 anos
O CASO ODESSA

rádio

1.º Programa

16.00: Musivária (E.R.C.); **17.00:** Gira discos; **18.05:** O povo e a terra, programa do Emissor Regional do Norte — música portuguesa: **19.00:** A Criança, programa do Emissor Regional de Coimbra; **19.30:** Acção sindical; **20.00:** Jornal da noite; **20.30:** Orquestras; **21.00:** 6.ª introdução do folhetim «Mário», de Silva Gaio, numa adaptação de Ema Paul; **21.32:** Contraponto; **22.00:** Você gosta de Beethoven?; **23.30:** Polidesporto; **00.00:** Último jornal; **00.15:** Jazz; **00.30:** Música de filmes; **01.00:** Música na noite (E.R.S.) — você gosta de Beethoven?.

2.º Programa

15.00: Que quer ouvir?; **17.20:** Música de Viotti; **17.52:** Uma sonata do Barroco alemão; **18.00:** As sinfonias de Brahms; **18.50:** Música para harmónica de vidro; **19.00:** O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **20.00:** Obras de Ruy Coelho; **20.30:** Canções de Schumann; **20.50:** Música de piano; **21.00:** Concerto pela Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa; **23.00:** Você gosta de Beethoven?; **23.40:** Sinfonia n.º 3, de Brahms; **00.00:** «Pequena Serenata Nocturna», de Mozart; **00.40:** Prelúdios e Fugas n.º 10 e 12 do Primeiro Caderno de «O Cravo Bem Temperado», de Bach; **01.00:** Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.10:** Casos ao acaso, por Orlando Dias Agudo (repetição); **16.20:** Disco... rendo, por Mário Martins; **17.10:** Prevenção e saúde, pelo dr. Cruz Cardoso (repetição); **18.00:** Contacto; **18.30:** Actualidade; **18.45:** Fórmula 1; **20.15:** Antologia; **20.30:** Pesquisa; **20.50:** Diálogo; **21.00:** Música, só música; **21.30:** Quando o telefone toca; **23.03:** Nocturno; **23.06:** Mensagens bíblicas; **24.00:** Nocturno (continuação); **00.15:** Dia a dia com o passado; **02.00:** Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Entardecer; **18.15:** Sal e pimenta (repetição); **19.30:** Romance de umacidade (repetição); **20.15:** Apontamento biográfico; **21.00:** Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08:** Apelos; **18.15:** Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30:** Transmissão do terço; **19.00:** Programa da Liga dos Amigos de Rádio Renascença; **20.00:** Objectivo; **20.53:** Apelos; **21.05:** Pentagrama; **21.30:** Ao encontro da grande música; **22.00:** Quando o telefone toca; **22.30:** Temas vivos; **23.05:** Última hora; **23.30:** Dicionário político; **23.55:** Meditando; **01.00:** Rotação; **02.00:** Encerramento da estação.

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no CAFÉ NISA

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S A R L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
TELEF 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END TEL DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Desfilam os mais pequenos («ratas»)

Colégio Militar faz 174 anos

Celebrou-se hoje a passagem de mais um aniversário — o 174.º — do Colégio Militar, numa cerimónia presidida pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, general Rocha Vieira.

A comemoração iniciou-se com a deposição de palmas junto do busto do fundador do Colégio, seguindo-se uma alocução alusiva ao acto, proferida pelo dr. António Monteiro Romão.

A seguir os «meninos da Luz» desfilaram em parada. Presentes no acto muitos oficiais das Forças Armadas e adidos militares de Embaixadas acreditadas em Lisboa, e ainda familiares dos alunos.

Ministro de Allende recebido na Assembleia

O antigo ministro da Economia do Governo de Unidade Popular, do Chile, Jose Cademartori Invernizzi, foi ontem recebido pelo presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes.

Jose Cademartori Invernizzi também é membro da direcção do Partido Comunista do Chile.

Assistiram à audiência os presidentes dos grupos parlamentares do P.S. e do P.C.P., respectivamente, Salgado Zenha e Carlos Brito. Cademartori Invernizzi esteve preso durante três anos e três meses, tendo sido libertado em Dezembro do ano passado.

Entretanto, meios políticos consideram estranho que a bancada do P.S. até agora não tenha levado à votação na Assembleia da República, o corte de relacões diplomáticas com o Chile. Recorde-se que, no último congresso do Partido Socialista foi aprovada uma moção que, considerando «o carácter despótico do regime e do Governo chileno, que esmagou no sangue milhares e milhares de revolucionários, democratas e patriotas», exigia o corte imediato das relações entre Portugal e Chile. Dizia ainda a moção que esta seria «a melhor homenagem que os socialistas portugueses poderiam prestar ao camarada Salvador Allende».

A moção, entre outros, foi assinada por Lopes Cardoso, Aires Rodrigues, Jaime Gama, Manuel Alegre, Beatriz Cal Brandão, António Guterres e Artur Cortes.

Levantada suspensão de Joaquim Furtado

Decisão dos responsáveis pela vida interna na RTP, foi arquivado o processo disciplinar a Joaquim Furtado e levantada a suspensão sanção que fora aplicada ao jornalista no passado dia 10 de Janeiro.

O próprio jornalista recebeu esta manhã a notícia — uma comunicação datando de 28 de Fevereiro. O processo foi arquivado — diz a comunicação — «em virtude de não conter matéria suficientemente firme para se prosseguir com a nota de culpa».

Lembra-se: no processo disciplinar e na consequente suspensão de Furtado esteve uma reportagem que o jornalista fez para o Telejornal sobre problemas de Educação (pressões do M.E.I.C., Almerindo Marques, nomeadamente, e tanto quanto se julga saber).

Entretanto, e na sequência da suspensão, dezenas e dezenas de jornalistas manifestaram oportunamente a sua solidariedade para com o seu colega de profissão, objecto de uma decisão inconsistente e sobretudo infundada — como parece à vista.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA EM JANEIRO: 45.122

Nova achega...

Seguradoras inglesas boicotaram Portugal

Informações tornadas públicas em Londres pela agência «Euroelite», especializada no seguro das propriedades imobiliárias de ingleses no estrangeiro, revelam que a Grã-Bretanha levantou agora o boicote que desde 1974 vinha fazendo a Portugal no campo da actividade dos seguradores ingleses.

Estes dados, que constituem mais uma achega à tese da «Europa connosco», indicam o que foi a acção dos países capitalistas europeus (aliás já publicamente admitida por Willy Brandt) no sentido de fazer inflectir a seu favor o processo português, não olhando a meios. O levantar do «boicote» europeu, de que o caso das seguradoras britânicas é um exemplo, seguiu-se aos primeiros «indícios» de recuperação capitalista no nosso País, designadamente na altura da vigência do VI Governo provisório e pós-25 de Novembro.

As notícias agora recebidas de Londres indicam que, logo após a Revolução de Abril, as seguradoras britânicas, incluindo a famosa «LLoyd's», recusaram segurar vivendas e outras residências adquiridas em Portugal, a não ser mediante a aceitação pelos interessados de prémios exorbitantes. Agora, considerando que a situação se torna favorável com a acção do Governo P.S., as companhias inglesas voltam a emitir apólices com uniformidade de tarifas em relação às habitações situadas em Espanha, Itália e França.

Cimeira de Madrid

Continuação da Pág. 1

esta noite consistirá, essencialmente, numa declaração de apoio ao P.C.E. e que os três partidos reafirmarão o seu empenhamento na luta pela liberdade, pela democracia e pelo pluralismo.

Do lado italiano, foi acrescentado que o texto também salientaria o respeito dos signatários pelos acordos de Helsinquia, tendo em vista o livre movimento das ideias e das pessoas.

Um forte dispositivo de segurança guarda a «cimeira» contra possíveis atentados da extrema-direita que, certamente, não estará muito satisfeita com a reunião. A segurança é feita por militantes do P.C.E. e por polícias à paisana. Nas suas raras deslocações, Carrillo, Marchais e Berlinguer viajam num «Cadillac» blindado, de cinco toneladas e um consumo de 35 litros de gasolina aos 100 quilómetros, oferecido ao secretário-geral do P.C.E. pelo Governo da Roménia.

Ontem à noite, todos os dirigentes de partidos espanhóis integrados na esquerda democrática foram convidados para jantar com os lideres comunistas.

Os três secretários-gerais manifestavam esta manhã o seu optimismo sobre os resultados positivos desta cimeira. Dizia Carrillo: «Por que vamos pensar que a decisão do Supremo Tribunal será negativa?» Entretanto, nos corredores do Hotel Meliá Castilla, jornalistas referenciavam algumas divergências que teriam surgido durante a redacção do comunicado final, motivadas, na maior parte, por problemas internos de cada partido.

Na altura em que esta cimeira decorre em Madrid, as autoridades espanholas pediram ontem às autoridades soviéticas que substituam um membro da sua missão comercial, Yuri Pivovarov «que se consagrou a actividades incompatíveis com as suas missões». Segundo o «Diário 16» o Governo espanhol decidiu-se pela expulsão de Pivovarov, um engenheiro de 42 anos, delegado comercial em Espanha há dois anos, por espionagem e «por ser agente do KGB». Interrogado por um jornalista, Pivovarov limitou-se a dizer: «É um caso desagradável».

Entretanto o movimento de protesto dos agricultores espanhóis amplia-se cada vez mais e já está espalhado por 18 províncias do Norte e do Centro do país. Perto de 200.000 camponeses manifestaram-se com 80.000 tractores na berma das estradas, sem cortar o tráfego. Nenhum incidente foi referenciado.

Finalmente, na noite passada explodiu uma bomba no centro de Madrid, provocando numerosos estragos mas não causando vítimas.

COMUNICADO FINAL

«O fim da ditadura franquista depois do fim do fascismo em Portugal e na Grécia representa uma mudança importante e positiva na situação europeia», afirma-se no comunicado final da reunião que ontem e hoje realizaram em Madrid os dirigentes do P. C. E., P. C. F. e P. C. I. No comunicado, onde a nota saliente é a solidariedade para com o P. C. E. e as forças democráticas espanholas, defende-se para a Espanha, França e Itália a realização do «mais amplo acordo possível das forças políticas e sociais que estão dispostas a contribuir para uma política de progresso e de renovação». A «sociedade nova» que os três dirigentes visam construir deverá ser edificada no «pluralismo das forças políticas e sociais e no desenvolvimento de todas as liberdades individuais e colectivas».

No plano internacional os três Partidos concordam em desenvolver «a solidariedade internacionalista e a amizade na base da independência de cada Partido, da igualdade de direitos, e a não ingerência, do respeito da livre escolha das vias e soluções originais que contribuam para a construção de sociedades socialistas e que correspondam às condições de cada país».

Os três Partidos destacam, finalmente, a importância essencial que atribuem «aos novos passos em frente na via do desanuviamento e da coexistência dos progressos reais na redução de armamentos, da aplicação integral por todos os Estados de todas as disposições da Acta Final de Hensinquia e da realização positiva do encontro de Belgrado», defendendo as acções que visem «ultrapassar a divisão da Europa em blocos militares: o estabelecimento de novas relações entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento» e instaurar a nova ordem económica internacional.

Vatanen e Ford comandam Rallye de Portugal

Concluiu-se esta manhã na Póvoa de Varzim a primeira etapa do Rallye de Portugal. Apresentaram-se ao controlo de chegada 61 concorrentes.

A classificação oficiosa, no final desta etapa, sem contar as penalizações de estrada, que parece serem muitas, é a seguinte: 1. Vatanen (Ford), 1.34.36; 2. Bachelli (Fiat), 1.35.04; 3. Waldegaard (Ford), 1.35.35; 4. Verini (Fiat), 1.36.27; 5. Markku Allen (Fiat), 1.36.30; 6. Andersson (Toyota), 1.37.13; 7. Andruet (Fiat), 1.37.26; 8. «Mêquêpê» (Opel), 1.43.29; 9. Manuel Inácio (Opel), 1.45.44; 10. Martinez Gemar (Porsche), 1.46.05; 11. Josef Haider (Opel), 1.47.07; 12. Giovani Salvi (Ford), 1.47.13.

Tome nota

A GUERRA DE UMA SÓ ROSA

Da «Guerra das Duas Rosas» rezam as crónicas. Mas esta nossa guerra da Televisão, a «Guerra de uma só rosa», promete-nos uma «Batalha do Lumiar» com Força Aérea e tudo. Com efeito, o capitão Tomaz Guerra terá declarado: «há um certo alarme ao nível militar por aquilo que me estão a tentar fazer, sendo de admitir que possam vir a ser tomadas posições nesse sentido» — citamos de «O Dia» (3.3.1977).

Segundo o referido matutino o capitão Tomaz Rosa tem recebido desde que foi suspenso pelo secretário de Estado da Comunicação Social: «inúmeros telefonemas e provas de apoio de muitos militares do Exército e da Força Aérea, inclusive de pessoas altamente colocadas».

Suspendendo Tomaz Rosa, Manuel Alegre desencadeou uma nova desestabilização. Será a guerra?

. A «Guerra de uma só Rosa»?

FICOU ZANGADA

Helena Roseta ficou zangada com Manuel Alegre por ter suspenso Tomás Rosa da TV. Ficou zangada num longo artigo publicado no «Dia». Onde diz claramente que a RTP «não é do Governo».

Não queremos subentender que a RTP é de Tomás Rosa.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Lista sindical ganhou eleições

A Lista B patrocinada pelo Sindicato dos Trabalhadores Judiciários, filiado na C. G. T. P. - Intersindical, ganhou as eleições para o Conselho Superior de Magistratura, obtendo 927 votos.

Em segundo lugar situou-se a Lista D apresentada pela Associação de Oficiais de Justiça, com 282 votos, em terceiro a C apresentada por um grupo de funcionários de Lisboa (218 votos) e em quadrto e último a A patrocinada pelo pessoal das comarcas de Santo Tirso e de Famalicão.

As eleições para o Conselho Superior de Magistratura tinham enorme importância, já que cabe àquele órgão nomear três membros da Comissão Constitucional.

O Conselho Superior da Magistratura é composto por seis representantes, eleitos ontem, dos trabalhadores judiciários e por outros membros nomeados.

Três ministros à disposição de rádio-ouvintes

Os ministros António Barreto (Comércio, Agricultura e Pescas), Medina Carreira (Finanças) e Sousa Gomes (Plano e Indústria) são hoje entrevistados para o programa «Contraponto» da Radiodifusão Portuguesa.

O programa tem início às 23 horas, sendo entrevistadores os jornalistas José Pedro Castenheira, José Megre Ferreira e José Manuel Nunes.

Está prevista a participação dos ouvintes que o desejarem e que poderão, através do telefone, levantar as questões que entenderem e que serão respondidas pelos representantes do Governo.

Futscher na O.N.U.

Por despacho do Ministério dos Negócios Estrangeiros, hoje publicado no «Diário da República», foi nomeado representante permanente de Portugal na O.N.U. o dr. Vasco Futscher Pereira, actual embaixador em Brasília.

O dr. Futscher Pereira encontra-se presentemente em Lisboa, não se sabendo se voltará a Brasília antes de ocupar o seu novo posto em Nova Iorque.

Embaixador em Moscovo passa à disponibilidade

. Foi colocado na situação de disponibilidade o embaixador de Portugal em Moscovo, Mário Neves — segundo um despacho do MNE publicado hoje no «Diário da República». Motivo: limite de idade.

Entretanto, segundo uma informação do MNE que a ANOP esta manhã veicula, Mário Neves encontra-se ainda em Moscovo e não se sabe que diplomata irá substituí-lo.